



**Tivit Terceirização de Processos,
Serviços e Tecnologia S.A.
e Controladas**

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Realização de ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém registrado como ágio na aquisição de investimentos os montantes de R\$1.313.725 mil na controladora e R\$1.568.135 mil no consolidado, conforme nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. O processo anual de avaliação envolve um elevado grau de julgamento e estimativa por parte da Administração, uma vez que é complexo e altamente crítico, e se baseia em premissas com alto grau de incerteza, notadamente relacionadas à projeção de crescimento de receitas e custos, bem como em premissas para determinar as taxas de crescimento e desconto, que são afetadas por condições de mercado ou micro e macroeconômicas.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (a) entendimento dos controles internos da Companhia para a avaliação do risco de redução do ágio ao seu valor recuperável; (b) o envolvimento de especialista interno da área de valorização e finanças corporativas para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada pela Companhia e da taxa de desconto; (c) avaliação da adequação das premissas de crescimento de receita e custos; e (d) avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas e sobre o resultado do teste de perda do valor recuperável do ágio.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados no teste de valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos preparado pela Administração da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossa análise de sensibilidade, consideramos que as avaliações de valor recuperável do ágio preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Auto de Infração - Ágio Dethalas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, em 6 de abril de 2016 e 5 de novembro de 2019, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em relação à pertinência da dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. Essa disputa está na fase administrativa de discussão, desde a sua instauração. De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia deve avaliar a probabilidade de perda decorrente dessa discussão para determinar se há necessidade de registro de provisão.

Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria por: (a) existir elevado grau de complexidade na avaliação do tema, por ser uma área que envolve discussões sobre o mérito e interpretação dos dispositivos legais invocados pelas partes; (b) o processo de avaliação da necessidade de registro de provisão depende de elevado grau de julgamento por parte da Administração da Companhia e de seus assessores jurídicos; e (c) devido à materialidade do montante em discussão, que corresponde a aproximadamente R\$774.488 mil, a valores históricos, que poderiam ter potencial impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (a) obtenção das confirmações em conjunto com os escritórios de advocacia envolvidos na defesa da Companhia sobre os prognósticos de sucesso em relação ao tema; (b) o envolvimento de especialistas tributários internos para desafiar o posicionamento da Administração e dos assessores jurídicos, incluindo o exame detalhado do auto de infração e a defesa apresentada para cada infração apontada pela Receita Federal do Brasil; e (c) a avaliação da adequação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com relação à divulgação dessa contingência de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

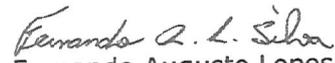
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2020


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018			31/12/2019	31/12/2018		
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	114.649	177.846	162.505	205.003	Fornecedores	13	56.181	71.117	89.093	105.398
Contas a receber	6	176.993	168.573	247.556	236.646	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	83.531	194.378	114.499	208.749
Transações com partes relacionadas	21	16.887	8.794	2.910	3.799	Passivo de arrendamento	15	45.764	24.778	58.547	32.837
Impostos a recuperar	8	51.834	29.328	72.817	49.665	Impostos a recolher	17	54.933	36.499	74.091	48.892
Despesas antecipadas	7	26.215	40.783	25.813	43.644	Salários e encargos sociais	18	81.776	85.236	104.334	98.190
Depósitos judiciais	16.1	6.274	629	6.274	629	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	20.b)	29.732	46.590	29.732	46.590
Outros créditos		19.325	19.195	22.266	22.875	Transações com partes relacionadas	21	4.500	898	1.419	898
Total dos ativos circulantes		<u>412.177</u>	<u>445.148</u>	<u>540.141</u>	<u>562.261</u>	Provisão para riscos e processos judiciais	16	15.445	4.197	45.196	22.627
						Demais contas a pagar		<u>39.982</u>	<u>14.104</u>	<u>45.196</u>	<u>22.627</u>
						Total dos passivos circulantes		<u>411.844</u>	<u>477.797</u>	<u>633.029</u>	<u>569.191</u>
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Transações com partes relacionadas	21	17.418	16.064	17.418	16.064	Fornecedores	13	10.844	10.844	15.397	13.626
Despesas antecipadas	7	6.556	10.085	6.658	10.245	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	449.635	364.303	568.289	517.213
Outros créditos		-	-	695	1.249	Passivo de arrendamento	15	155.172	115.810	208.608	126.739
Depósitos judiciais e garantias	16.1	19.460	10.593	43.423	34.781	Impostos a recolher	17	7.287	5.982	7.302	6.013
Investimentos	11	303.691	178.633	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	256.385	260.434	259.545	262.272
Imobilizado	12	409.230	345.298	574.934	457.556	Transações com partes relacionadas	21	42.703	32.354	-	-
Intangível:						Provisão para riscos e processos judiciais	16	74.928	39.867	113.564	67.118
Ágio na aquisição de investimentos	9	1.313.725	1.304.839	1.564.312	1.473.341	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	20.b)	34.415	-	34.415	-
Outros intangíveis	10	185.844	170.344	224.978	185.586	Demais contas a pagar		<u>36.229</u>	<u>4.320</u>	<u>43.751</u>	<u>9.618</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>2.255.924</u>	<u>2.035.856</u>	<u>2.432.418</u>	<u>2.178.822</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>1.067.598</u>	<u>833.914</u>	<u>1.250.871</u>	<u>1.002.599</u>
						Total dos passivos		<u>1.479.442</u>	<u>1.311.711</u>	<u>1.783.900</u>	<u>1.571.790</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	20.a)	1.106.214	1.106.094	1.106.214	1.106.094
						Ações em tesouraria		(9.881)	-	(9.881)	-
						Reservas de capital		11.877	2.645	11.877	2.645
						Reservas de lucros		65.295	36.591	65.295	36.591
						Transação com sócios		(5.174)	-	(5.174)	-
						Outros resultados abrangentes		<u>20.328</u>	<u>23.963</u>	<u>20.328</u>	<u>23.963</u>
						Total do patrimônio líquido		<u>1.188.659</u>	<u>1.169.293</u>	<u>1.188.659</u>	<u>1.169.293</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.668.101</u>	<u>2.481.004</u>	<u>2.972.559</u>	<u>2.741.083</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.668.101</u>	<u>2.481.004</u>	<u>2.972.559</u>	<u>2.741.083</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	22	1.311.589	1.293.336	1.638.268	1.575.363
Custo dos serviços prestados	24	(997.038)	(986.693)	(1.234.677)	(1.199.787)
LUCRO BRUTO		314.551	306.643	403.591	375.576
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	24	(52.271)	(42.254)	(63.989)	(53.617)
Gerais e administrativas	24	(76.453)	(83.231)	(105.716)	(106.519)
Resultado de equivalência patrimonial	11 e 24	18.746	3.472	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	24	135	373	150	373
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		204.708	185.003	234.036	215.813
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	7.789	7.922	8.857	8.246
Despesas financeiras	25	(67.024)	(64.004)	(85.823)	(80.028)
Variação cambial líquida	25	(246)	290	(393)	(4.090)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		145.227	129.211	156.677	139.941
Imposto de renda e contribuição social - correntes	19	(17.672)	(5.417)	(27.468)	(13.829)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	19	(2.375)	(16.044)	(4.029)	(18.362)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		125.180	107.750	125.180	107.750
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	28	1,36	1,16		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	28	1,34	1,15		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	125.180	107.750	125.180	107.750
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:				
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	(4.419)	12.603	(4.419)	12.603
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas que não serão liquidados	784	(2.014)	784	(2.014)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>121.545</u>	<u>118.339</u>	<u>121.545</u>	<u>118.339</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social		Reservas de capital		Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social	Ações em tesouraria	Ágio por incorporação	Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		1.106.094	(35.747)	3.263	31.739	24.051	-	-	13.374	1.142.774
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	107.750	-	107.750
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	10.589	10.589
Cancelamento de Ações em Tesouraria - em 27 setembro 2018	20.a)	-	35.747	-	(35.747)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio 1º trimestre de 2018 - em 29 de março	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	(9.246)	-	(9.246)
Juros sobre o capital próprio 2º trimestre de 2018 - em 29 de junho	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	(19.516)	-	(19.516)
Juros sobre o capital próprio 3º trimestre de 2018 - em 27 de setembro	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	(19.857)	-	(19.857)
Juros sobre o capital próprio 4º trimestre de 2018 - em 27 de dezembro	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	(21.000)	-	(21.000)
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no exercício	27	-	-	-	3.896	-	-	-	-	3.896
Plano de opções de ações		-	-	-	(506)	-	-	-	-	(506)
Constituição de reserva legal	20. e)	-	-	-	-	5.387	-	(5.387)	-	-
Dividendos mínimos propostos	20. b)	-	-	-	-	-	7.153	(25.591)	-	(25.591)
Constituição de reserva de lucros	20. e)	-	-	-	-	-	-	(7.153)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		1.106.094	-	3.263	(618)	29.438	7.153	-	23.963	1.169.293
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	125.180	-	125.180
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	(3.635)	40.195
Ações em tesouraria		-	(9.881)	-	-	-	-	-	-	33.949
Aumento de capital - acervo líquido Neobpo incorporado em 31/10/19	20.a)	120	-	-	-	-	-	-	(5.174)	43.950
Movimentação - acervo líquido Neobpo incorporado	20.a)	-	-	-	-	-	-	(13.218)	-	38.656
Juros sobre o capital próprio 1º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	(7.112)	-	30.612
Juros sobre o capital próprio 2º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	(12.000)	-	36.718
Juros sobre o capital próprio 3º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	(34.416)	-	31.830
Juros sobre o capital próprio 4º trimestre de 2019	20. b) e e)	-	-	-	-	-	-	-	-	9.414
Despesas com plano de opção de compra de ações reconhecidas no exercício	27	-	-	-	724	-	-	-	-	44.554
Plano de opções de ações		-	-	-	(227)	-	-	-	-	43.603
Liquidação de mútuo		-	-	-	8.735	-	-	-	-	52.565
Constituição de reserva legal	20. e)	-	-	-	-	6.259	-	(6.259)	-	43.830
Dividendos mínimos propostos	20. e)	-	-	-	-	-	22.445	(29.730)	-	14.100
Constituição de reserva de lucros	20. e)	-	-	-	-	-	-	(22.445)	-	43.830
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		1.106.214	(9.881)	3.263	8.614	35.697	29.598	-	(5.174)	20.328
										1.232.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		125.180	107.750	125.180	107.750
Lucro líquido do exercício					
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	10 e 12	138.856	110.812	173.281	136.452
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquidas de reversões	6	3.694	23.941	6.587	21.549
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	10 e 12	1.236	1.303	1.650	1.987
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2.372	16.044	3.800	18.362
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	16	35.108	(8.040)	35.108	(9.532)
Juros sobre empréstimos	14	70.372	56.595	73.842	69.308
Custo de financiamento reconhecido no resultado	14	2.412	2.280	2.526	2.359
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros derivativos	14	(18.268)	(3.403)	(18.267)	(3.403)
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados	14	17.749	17.076	29.544	20.076
Plano de opção de ações	25	497	3.896	497	4.562
Variação cambial	11 e 14	(7)	(16)	(143)	6.146
Resultado de equivalência patrimonial	11	(18.746)	(3.472)	-	-
		360.455	324.766	433.605	375.616
Redução (aumento) nos saldos de ativos:					
Contas a receber		(11.434)	(22.091)	(11.472)	(23.950)
Contas a receber de partes relacionadas		(8.093)	179	889	5.012
Impostos a recuperar		(22.506)	(5.486)	(23.152)	(9.616)
Depósitos judiciais e garantias		(5.600)	(1.078)	(5.375)	(2.679)
Despesas antecipadas		18.110	(26.678)	21.431	(25.691)
Outros créditos		(118)	4.520	1.279	4.028
Aumento (redução) nos saldos de passivos:					
Fornecedores		(16.580)	34.931	(22.946)	35.449
Partes relacionadas		11.150	4.959	(1.541)	(1.164)
Salários e encargos sociais		(21.390)	(21.714)	(23.581)	(29.622)
Impostos a recolher		11.047	3.469	17.994	10.797
Demais contas a pagar		(174)	3.510	(2.518)	9.506
Passivo de arrendamento		(28.283)	-	(43.722)	-
Pagamento de provisão para riscos	16	(12.577)	(4.201)	(13.138)	(4.201)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		274.007	295.086	327.753	343.485
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(859)	(2.581)
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de imposto de renda e contribuição social		274.007	295.086	326.894	340.904
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Empréstimos para partes relacionadas	20	(1.354)	(1.309)	(1,354)	(1,309)
Pagamento da Aquisição de controladas - StoneAge		(28.000)	-	(28.000)	-
Caixa líquido na aquisição de controlada - StoneAge		-	-	7.696	-
Pagamento de "earn-out"		(22.975)	(1.814)	(22,975)	(1,814)
Liquidação de mútuo		8.735	-	8.735	-
Aporte de Capital	11	(1.770)	(1.154)	-	-
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	10 e 12	(82.986)	(73.950)	(90.787)	(92.441)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(128.350)	(78.227)	(126.685)	(95.564)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recompra de ações	19	(9.881)	-	(9.881)	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	19	(78.921)	(53.648)	(80.713)	(53.648)
Captação de empréstimos e debêntures	14	223.358	202.468	239.307	369.640
Pagamento de empréstimos e debêntures	14	(246.551)	(116.272)	(273.114)	(282.339)
Pagamento de "leasing"	14	(62.316)	(54.817)	(69.455)	(65.459)
Liquidação "swap"	14	20.862	(2.330)	20.862	(2.330)
Pagamento de juros sobre "leasing"	14	(9.800)	(21.236)	(12.620)	(25.106)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	14	(45.605)	(37.487)	(57.093)	(50.648)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(208.854)	(83.322)	(242.707)	(109.890)
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	(653)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(63.197)</u>	<u>133.537</u>	<u>(42.498)</u>	<u>134.797</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		177.846	44.309	205.003	70.206
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		114.649	177.846	162.505	205.003
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(63.197)</u>	<u>133.537</u>	<u>(42.498)</u>	<u>134.797</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	1.520.227	1.495.188	1.848.768	1.777.215
Outras receitas	1.067	2.280	1.067	2.280
	<u>(3.694)</u>	<u>(23.941)</u>	<u>(6.587)</u>	<u>(21.549)</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.517.600	1.473.527	1.843.248	1.757.946
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(319.979)	(270.188)	(421.198)	(357.343)
	<u>(320.540)</u>	<u>(270.188)</u>	<u>(421.833)</u>	<u>(357.343)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>1.197.060</u>	<u>1.203.339</u>	<u>1.421.415</u>	<u>1.400.603</u>
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO				
Depreciações e amortizações	(138.856)	(110.812)	(173.281)	(136.452)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	<u>1.058.204</u>	<u>1.092.527</u>	<u>1.248.134</u>	<u>1.264.151</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	18.746	3.472	-	-
Receitas financeiras	8.822	8.484	14.040	10.679
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>1.085.772</u>	<u>1.104.483</u>	<u>1.262.174</u>	<u>1.274.830</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	<u>650.779</u>	<u>697.291</u>	<u>783.223</u>	<u>819.780</u>
Remuneração direta	511.495	541.318	601.295	626.743
Benefícios	91.050	107.884	126.607	138.284
FGTS	48.234	48.089	55.321	54.753
	<u>238.440</u>	<u>212.413</u>	<u>254.653</u>	<u>226.580</u>
Impostos, taxas e contribuições	<u>194.760</u>	<u>184.737</u>	<u>206.991</u>	<u>195.468</u>
Federais	109	196	109	196
Estaduais	43.571	27.480	47.553	30.916
Municipais				
	<u>71.373</u>	<u>87.029</u>	<u>99.118</u>	<u>120.720</u>
Remuneração de capital de terceiros	<u>68.303</u>	<u>64.276</u>	<u>91.400</u>	<u>86.551</u>
Juros	3.070	22.753	7.718	34.169
Aluguéis				
	<u>125.180</u>	<u>107.750</u>	<u>125.180</u>	<u>107.750</u>
Remuneração de capital próprio	<u>29.730</u>	<u>25.591</u>	<u>29.730</u>	<u>25.591</u>
Dividendos	66.746	69.619	66.746	69.619
Juros sobre capital próprio	28.704	12.540	28.704	12.540
Lucros retidos do exercício				
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	<u>1.085.772</u>	<u>1.104.483</u>	<u>1.262.174</u>	<u>1.274.830</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e Estado de São Paulo. Seu controlador e holding é o APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços contendo soluções digitais que compreendem Internet das Coisas (IOT), coleta, organização, agrupamento e análise de dados em tempo real (Business Analytics), implementação e soluções de inteligência artificial, soluções de monitoração de negócios através da automatização, gerenciamento, controle e segurança em plataforma de integração de negócios, soluções de Cybersecurity através da gestão de segurança da informação, riscos, continuidade de negócios, e processos operacionais voltados para a segurança dos ambientes de produção, serviços de gestão e monitoração de redes de distribuição elétricas (Smart Grid); (c) implantação, operação e gestão de processamento em nuvem através de plataformas privadas, públicas ou híbridas além da gestão e apoio ao cliente na escolha e acompanhamento das suas plataformas de nuvem; (d) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (e) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (f) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (g) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (h) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (i) a participação em outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Companhia utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização destas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Companhia poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros.

Combinação de negócios

Em 14 de maio de 2019, a Companhia celebrou o Termo de Fechamento do Contrato ("Termo de Fechamento"), concluindo a aquisição de 100% das quotas da empresa STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda. ("StoneAge"), especializada em "Big Data" e "Analytics". Essa aquisição gerou um ágio de R\$88.534 alocado na rubrica "Ágio na aquisição de investimentos".

Esse investimento teve o intuito de crescimento no mercado de soluções digitais, além de fortalecer a capacidade da Companhia em promover a jornada para a transformação digital dos seus clientes.

Contrapartida transferida:	
Caixa	28.000
Contrapartida fixa	60.000
Acordo de contrapartida contingente - "earn-out"	<u>20.953</u>
Total	<u>108.953</u>
<u>Ativos adquiridos e passivos reconhecidos ao valor justo na data de aquisição</u>	
	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	7.696
Caixa e equivalentes de caixa	5.542
Contas a receber	104
Outros créditos	
Ativos não circulantes:	106
Imposto de renda e contribuição social diferidos	834
Imobilizado	<u>27.804</u>
Intangível	<u>42.086</u>
Total do ativo	
Passivos circulantes:	5.505
Contas a pagar	661
Impostos a recolher	1.794
Dividendos a pagar	1.257
Demais contas a pagar	
Passivos não circulantes:	<u>12.450</u>
Provisão para riscos e processos judiciais	<u>21.667</u>
Total do passivo	
Acervo líquido adquirido a valor justo	20.419
Valor total da contraprestação	<u>108.953</u>
Ágio	<u>88.534</u>
<u>Ágio gerado na aquisição</u>	
Contrapartida transferida até 31/12/2019	50.975
(+) Ajuste da contraprestação fixa a pagar (i)	40.000
(+) Ajuste da contraprestação contingente estimada (ii)	17.978
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	(27.591)
Ativos intangíveis (iii)	(192)
Ativos imobilizados (iv)	
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	12.450
Provisão para riscos e processos judiciais (v)	
(-) Patrimônio líquido contábil da StoneAge em 14 de maio de 2019	(5.086)
Ágio gerado na aquisição (vi)	<u>88.534</u>

- (i) Refere-se à contrapartida estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento fixa previstas no contrato até o final do segundo semestre de 2020. O valor foi registrado à rubrica "Demais contas pagar", sendo que até 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$20.000.
- (ii) Refere-se à contrapartida estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento variável previstas no contrato até o final do segundo semestre de 2020. O valor correspondente a melhor expectativa da Administração foi registrado à rubrica "Demais contas a pagar", sendo que até 31 de dezembro de 2019 foram pagos R\$2.975.
- (iii) A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da StoneAge, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

	<u>Valor</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Carteira de clientes	16.529	7 anos	Linear
Software	8.523	De 8 a 9 anos	Linear
Cláusula de não competição	2.539	5 anos	Linear

- (iv) A tabela a seguir demonstra a mais valia dos ativos imobilizados adquiridos, bem como a vida útil estimada e o método de depreciação:

	<u>Valor</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Equipamentos de informática	16	De 1 a 5 anos	Linear
Benfeitorias	176	De 2 a 4 anos	Linear

- (v) Os passivos contingentes descritos foram calculados de acordo com a melhor estimativa elaborada pelos advogados responsáveis por cada processo, considerando para tal as classificações de risco de perda provável, possível e remota.
- (vi) Foi gerado ágio na aquisição da StoneAge no valor de R\$88.534, que é atribuível à expectativa de rentabilidade futura oriunda das economias de escala esperadas pelas sinergias na combinação das operações da Companhia e da nova controlada.

Incorporação parcial

Em 31 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a incorporação parcial da parte relacionada Neobpo Serviços de Processos de Negócios e Tecnologia S.A. ("Neobpo").

De acordo com o laudo de avaliação preparado por consultores independentes, o valor patrimonial contábil do acervo incorporado, estimado com data base de 30 de setembro de 2019, era de R\$120.

O acervo líquido incorporado em 30 de setembro de 2019 está assim representado:

	<u>Ativos e passivos</u>
<u>Ativos</u>	
Circulantes:	
Contas a receber	744
Despesas antecipadas	20
Depósitos judiciais	7.228
Outros créditos	10
Total dos ativos circulantes	<u>8.002</u>
Não circulantes:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.000
Depósitos judiciais	2.408
Ágio	8.886
Imobilizado	10.383
Total dos ativos não circulantes	<u>31.677</u>
Total dos ativos	<u>39.679</u>
<u>Passivos</u>	
Circulantes:	
Fornecedores	299
Passivos de arrendamento	1.221
Impostos a recolher	60
Salários e encargos sociais	168
Provisão para riscos e processos judiciais	16.276
Total dos passivos circulantes	<u>18.024</u>
Não circulantes:	
Passivos de arrendamento	5.051
Provisão para riscos e processos judiciais	4.833
Impostos a recolher	8.630
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.021
Total dos passivos não circulantes	<u>21.535</u>
Total dos passivos	<u>39.559</u>
Total do acervo líquido	<u>120</u>

Conforme previsto no acordo entre as partes, as variações ocorridas no acervo incorporado no período compreendido entre 30 de setembro de 2019 e 31 de outubro de 2019 foram refletidas no acervo líquido absorvido pela Companhia, no montante de R\$5.174 conforme demonstrado abaixo:

	<u>Variação ativos e passivos</u>
<u>Ativos</u>	
Circulantes:	
Contas a receber	(64)
Despesas antecipadas	(7)
Outros créditos	2
Total dos ativos circulantes	<u>(69)</u>
Não circulantes:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(558)
Depósitos judiciais	(145)
Imobilizado	(231)
Total dos ativos não circulantes	<u>(934)</u>
Total dos ativos	<u>(1.003)</u>

	<u>Variação ativos e passivos</u>
<u>Passivos</u>	
Circulantes:	169
Fornecedores	31
Passivos de arrendamento	(2)
Impostos a recolher	(13)
Salários e encargos sociais	(1.236)
Contas a pagar partes relacionadas	1.637
Provisão para riscos e processos judiciais	15
Demais contas a pagar	<u>601</u>
Total dos passivos circulantes	
Não circulantes:	113
Passivos de arrendamento	(27)
Impostos a recolher	(4.858)
Provisão para riscos e processos judiciais	<u>(4.772)</u>
Total dos passivos não circulantes	
Total dos passivos	<u>(4.171)</u>
Total da variação	<u>(5.174)</u>

Essa variação foi registrada diretamente no patrimônio líquido da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 20 a).

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras consolidadas é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo do IFRS 16 - Arrendamentos (equivalente ao CPC 06 (R2)) e outras mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso na IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis àquelas usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Empresa	País	Tipo de controle	Participação no capital social - %	
			31/12/2019	31/12/2018
Tivit USA LLC	USA	Direto	100,00	100,00
Tivit One Cloud	Brasil	Direto	100,00	100,00
Tivit Colômbia Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Direto	0,03	0,03
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Direto	10,78	10,78
Tivit Chile Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia SpA	Chile	Direto	100,00	100,00
Tivit México Terceirizacion de Processos Servicios y Tecnologia	México	Direto	99,95	99,95
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sociedad Anonima	Paraguai	Direto	100,00	100,00
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sucursal Bolívia	Bolívia	Direto	100,00	100,00
STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda. (*)	Brasil	Direto	100,00	-
Controladas indiretas através da Tivit Chile Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia SpA:				
Tivit Perú Terceirización de Processos, Servicios Y Tecnologia S.A.C.	Peru	Indireto	100,00	100,00
Tivit Colombia Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	99,94	99,97
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Indireto	89,22	89,22
Asesorias y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	99,00	100,00
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Ecuador	Indireto	1,00	100,00
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	75,00	100,00
Consorcio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00
Controladas indiretas através da Tivit Colombia Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.:				
Tivit México Terceirizacion de Processos Servicios y Tecnologia	México	Indireto	0,05	0,05
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	25,00	25,00
Consórcio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00
Tivit Colombia DC Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	100,00	100,00
Controladas indiretas através da Tivit Argentina S.R.L.:				
Asesorias y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	1,00	-
Tivit Colombia Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	0,03	0,03
Controladas indiretas através da Tivit Peru Terceirizacion de Processos, Servicios y Tecnologia S.A.C.:				
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Ecuador	Indireto	99,00	99,00

(*) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme nota explicativa nº 1.

2.4. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de tecnologia.

2.5. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.6. Moeda funcional e moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada da Companhia são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

As moedas funcionais de cada controlada direta ou indireta é a respectiva moeda em cada um dos países, com exceção da Tivit USA, para a qual a moeda funcional é o real (R\$), por se tratar de uma extensão das operações e atividades da Companhia brasileira.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado).

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida que possui operações no exterior ou baixa parcial de um investimento controlada em conjunto ou coligada que possui operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido da Companhia é reclassificado para o resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em "swaps", que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. Estes instrumentos financeiros derivativos estão sendo apresentados líquidos com o seu passivo financeiro, uma vez que a Companhia possui um direito legal e possui a intenção de realizar este instrumento financeiro derivativo simultaneamente com seu passivo.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

2.10. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE")

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização.

2.11. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

O ágio não é amortizado; entretanto, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de "impairment"), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior.

Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGC). No caso da Companhia, essa segregação é feita por país.

b) Outros intangíveis

Software

Registrados pelo custo de aquisição e amortizados durante o prazo da licença (cinco anos).

Direitos de prestação de serviços a clientes

Apresentados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na rentabilidade futura de cada operação, suportada por laudos de avaliação econômica preparados por empresa especializada.

Os contratos de prestação de serviços de processamento de dados, com prazos que variam de cinco a dez anos, são reconhecidos inicialmente pelo custo total e amortizados de forma linear, pelo prazo do contrato.

Carteira de clientes

Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à carteira de clientes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 7 a 17 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira.

Marcas e patentes

Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à marcas e patentes em combinação de negócios.

2.12. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Direito de uso - edificações	6

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGCs à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou, ainda, não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14. Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados de acordo com a política geral da Companhia em relação aos custos de empréstimos.

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em "Outros resultados abrangentes" ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.17. Reconhecimento de receita

2.17.1. Prestação de serviços

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente.

As receitas são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

- Receitas relacionadas ao gerenciamento e direito de uso de infraestrutura, baseada em ambientes tradicionais dedicados em data centers da Companhia, em nuvem fornecida pela Companhia ou em nuvem de terceiros e respectivos serviços de conectividade e de equipes de suporte localizadas internamente ou nos clientes são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.
- Serviços de licenciamento de software por tempo determinado e de software como serviço (SaaS) têm suas receitas reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço e em linha com a vigência dos contratos firmados com os clientes.

2.17.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e operações com instrumentos financeiros derivativos do tipo "swap".

2.18. Programa de compra de ações

O programa de compra de ações da Companhia para empregados e administradores é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desse plano estão descritos na nota explicativa nº 27.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa operacional com um correspondente aumento no patrimônio líquido, quando a liquidação do plano é feita através de instrumentos patrimoniais, ou passivo, quando a liquidação do plano é feita em dinheiro, durante o período que os participantes adquirem incondicionalmente o direito às opções. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido ou passivo, nas rubricas "Reserva de compra de ações liquidadas com instrumentos de patrimônio" ou "Demais contas a pagar" no passivo não circulante, respectivamente. Em caso de instrumentos passivos, o valor justo também é remensurado a cada data de reporte e, se necessário, efetuando o ajuste do mesmo em contrapartida ao resultado do exercício.

2.19. Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquidos de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentadas como reservas de capital.

2.20. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.21. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos no resultado corrente como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo CPC e as IFRS. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para ao resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

2.22. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

2.23. Reservas de capital

Representam substancialmente os custos com o plano de opção de ações.

2.24. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia.

2.25. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica "Dividendos a pagar".

2.26. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja classificação de perda seja provável. Para a classificação de perda possível, a Administração da Companhia faz a divulgação dos principais processos e provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais, quando aplicável, negociadas com os seus assessores jurídicos, pois é provável os desembolsos futuros de recursos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.27. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado considerando-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a quantidade média ponderada de ações em circulação, considerando os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

2.28. Demonstrações do valor adicionado ("DVA")

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.29. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 5 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.30. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2019

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Operações de Arrendamento Mercantil	Estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes na transação.
IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro	Esclarece a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais.

Os impactos da adoção dessas normas estão divulgados a seguir:

2.30.1. IFRS 16/CPC 06 (R2) - Operação de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui a IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, e correspondentes interpretações, trazendo alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactaram as demonstrações financeiras conforme segue:

- Reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial individual e consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento.

- b) Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração individual e consolidada do resultado.
- c) Separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração individual e consolidada dos fluxos de caixa.

Arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pela IFRS 16. A Companhia também adotará o expediente prático, quando aplicável, que permite não separar componentes de não arrendamento existentes em contratos que também possuam componentes de arrendamento e, em vez disso, contabilizá-los conjuntamente como um único componente dentro do escopo do novo pronunciamento.

Como método de transição ao novo pronunciamento, a Administração optou pela abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo da aplicação inicial registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos. Desse modo, todos os saldos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 seguem apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes (IAS 17).

No processo de transição, optou-se por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Consequentemente, as novas definições de arrendamento contidas na IFRS 16 foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle, em que a IFRS 16 determina que a avaliação se um contrato contém um arrendamento deve ser realizada com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, efetuou a identificação dos contratos, avaliando se estes, contêm ou não arrendamento de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 1º de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 8,36% a.a. no Brasil e entre 5,50% e 31,15% a.a. para os demais países.
- Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma.
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso.

- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo de arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

Em decorrência dos fatos mencionados, a Companhia reconheceu os seguintes ajustes aos saldos de abertura do balanço patrimonial individual e consolidado:

	Nota explicativa	Controladora		
		31/12/2018	Ajuste de abertura	01/01/2019
<u>Ativo não circulante</u>				
Imobilizado (Direito de uso - edificações)	12	345.298	75.964	421.262
Total do ativo		<u>2.481.004</u>	<u>75.964</u>	<u>2.556.968</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	24.778	14.744	39.522
<u>Passivo não circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	115.810	61.220	177.030
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.481.004</u>	<u>75.964</u>	<u>2.556.968</u>
	Nota explicativa	Consolidado		
		31/12/2018	Ajuste de abertura	01/01/2019
<u>Ativo não circulante</u>				
Imobilizado (Direito de uso - edificações)	12	457.556	122.909	580.465
Total do ativo		<u>2.741.083</u>	<u>122.909</u>	<u>2.863.992</u>
<u>Passivo circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	32.837	20.869	53.706
<u>Passivo não circulante</u>				
Passivo de arrendamento	15	126.739	102.040	228.779
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>2.741.083</u>	<u>122.909</u>	<u>2.863.992</u>

Os saldos de arrendamento a pagar acima se relacionam com os "compromissos futuros" apresentados na nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme segue:

Controladora

Compromissos futuros em 31 de dezembro de 2018	91.052
(-) Desconto a valor presente	(20.753)
(-) Valores a pagar em contratos de curto prazo e/ou baixo valor	(3.146)
(+) Opções de extensão e cancelamento não consideradas anteriormente	8.811
Arrendamentos operacionais a pagar	75.964
(+) Arrendamentos financeiros a pagar em 31 de dezembro de 2018	140.588
Arrendamentos a pagar em 1º de janeiro de 2019	<u>216.552</u>

Consolidado

Compromissos futuros em 31 de dezembro de 2018	165.582
(-) Desconto a valor presente	(45.829)
(-) Valores a pagar em contratos de curto prazo e/ou baixo valor	(5.655)
(+) Opções de extensão e cancelamento não consideradas anteriormente	8.811
Arrendamentos operacionais a pagar	122.909
(+) Arrendamentos financeiros a pagar em 31 de dezembro de 2018	159.576
Arrendamentos a pagar em 1º de janeiro de 2019	<u>282.485</u>

Adicionalmente, a tabela abaixo sumariza os impactos contábeis da adoção deste novo pronunciamento contábil à demonstração do resultado do exercício e à demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora		
	31/12/2019 (IAS 17)	Impactos IFRS 16	31/12/2019 (IFRS 16)
<u>Demonstração do resultado do período</u>			
Depreciação e amortização	(121.289)	(17.567)	(138.856)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(179.252)	2.244	(177.008)
Juros de arrendamento	(12.408)	(5.795)	(18.203)
Aluguel e condomínio	(21.623)	18.553	(3.070)
Resultado de equivalência patrimonial	19.639	(893)	18.746
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.247)	872	(2.375)
Lucro líquido	<u>127.766</u>	<u>(2.586)</u>	<u>125.180</u>
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	123.533	15.323	138.856
Juros sobre contratos de arrendamento	12.408	5.795	18.203
Passivo de arrendamento	42.371	91.363	133.734
Atividades de financiamento:			
Pagamento de operações de arrendamento ("leasing")	(62.316)	(18.553)	(80.869)
	Consolidado		
	31/12/2019 (IAS 17)	Impactos IFRS 16	31/12/2019 (IFRS 16)
<u>Demonstração do resultado do período</u>			
Depreciação e amortização	(147.025)	(26.891)	(173.916)
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	(202.618)	5.151	(197.467)
Aluguel e condomínio	(34.332)	26.614	(7.718)
Juros de arrendamento	(13.776)	(8.663)	(22.439)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.232)	1.203	(4.029)
Lucro líquido	<u>127.766</u>	<u>(2.586)</u>	<u>125.180</u>
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	152.176	21.740	173.916
Juros sobre contratos de arrendamento	13.776	8.663	22.439
Passivo de arrendamento	52.202	143.238	195.440
Atividades de financiamento:			
Pagamento de operações de arrendamento ("leasing")	(69.455)	(26.614)	(96.069)

2.30.2. IFRIC 23 (ICPC 22) - Incerteza sobre o Tratamento de Impostos sobre o Lucro

A IFRIC 23 (ICPC 22) descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a Companhia:

- Determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo.

- Avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda:
 - Em caso positivo, a entidade deve determinar sua posição fiscal e contábil em linha com o tratamento fiscal utilizado ou a ser utilizado nas suas declarações de imposto de renda.
 - Em caso negativo, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação da sua posição fiscal e contábil.

As entidades podem aplicar a interpretação com base na aplicação retrospectiva integral ou na aplicação retrospectiva modificada sem reapresentação de informações comparativas retrospectiva ou prospectivamente.

O referido pronunciamento não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.31. IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros.
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou "joint venture".
Alterações à IFRS 3	Definição de negócios.
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de material.
Estrutura Conceitual	Estrutura conceitual nas normas IFRS.

A Administração da Companhia não espera impactos significativos decorrentes da aplicação dessas novas normas e interpretações.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 4.5).

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Provisão para riscos e processos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda baseia-se na avaliação dos advogados externos e inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A Administração acredita que a provisão para riscos e processos judiciais está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

- Avaliação de instrumentos financeiros

São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, a compensação dos prejuízos fiscais acumulados é limitada a 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 19).

- Redução ao valor recuperável ("impairment")

- (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para recebíveis, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estarão sujeitos às disposições sobre redução ao valor recuperável ("impairment") contidas na IFRS 9/CPC 48.

(ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado e o intangível são submetidos ao teste de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Cálculo da provisão para perdas esperadas

Ao mensurar a PCE, a Companhia usa informações sobre o futuro consideradas pela administração como razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é estimada com base na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE. Esta probabilidade é uma estimativa da inadimplência durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Aquisições de controladas

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos do IFRS 3/CPC 15 (R1) (Combinação de Negócios) e identifica os itens em que considera necessária a contratação de especialistas externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações e amortizações. A depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 2.12.

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificada necessidade de alteração na vida útil utilizada nos períodos apresentados.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia tinha o montante de R\$142.092 referente a avais e garantias concedidas para as controladas Tivit Chile, Tivit Colômbia e Synapsis Argentina.

22. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
<u>Receita de serviços prestados</u>				
Mercado interno	1.507.067	1.479.726	1.844.120	1.771.373
Mercado externo	13.160	15.462	4.646	5.842
Impostos sobre serviços prestados (*)	(208.638)	(201.852)	(210.498)	(201.852)
<u>Receita líquida de serviços</u>	<u>1.311.589</u>	<u>1.293.336</u>	<u>1.638.268</u>	<u>1.575.363</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

23. INFORMAÇÃO POR REGIÃO

	Brasil		Latam	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita de serviços prestados	1.528.450	1.479.725	320.316	297.490
Impostos sobre serviços prestados (*)	(210.498)	(201.852)	-	-
<u>Receita líquida de serviços</u>	<u>1.317.952</u>	<u>1.277.873</u>	<u>320.316</u>	<u>297.490</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

24. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas com pessoal	650.779	697.291	783.223	819.780
Depreciações e amortizações	138.856	110.812	173.916	136.452
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	177.008	158.982	197.467	177.239
Despesas com ocupação	39.976	36.947	51.202	50.903
Telefonia, conectividade e "link"	17.418	20.944	28.029	31.340
Aluguel	3.070	22.753	7.718	34.169
Serviços de terceiros	55.048	50.677	92.822	78.984
Viagens	8.228	8.896	12.671	12.919
Equivalência patrimonial	(18.746)	(3.472)	-	-
Outros custos e despesas, líquidas	35.244	4.503	57.184	17.764
<u>Total</u>	<u>1.106.881</u>	<u>1.108.333</u>	<u>1.404.232</u>	<u>1.359.550</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	997.038	986.693	1.234.677	1.199.787
Despesas com vendas	52.271	42.254	63.989	53.617
Despesas gerais e administrativas	76.453	83.231	105.716	106.519
Resultado de equivalência patrimonial	(18.746)	(3.472)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	(135)	(373)	(150)	(373)
<u>Total</u>	<u>1.106.881</u>	<u>1.108.333</u>	<u>1.404.232</u>	<u>1.359.550</u>

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	5.770	6.032	6.345	6.356
Outras receitas	2.019	1.890	2.512	1.890
Total	<u>7.789</u>	<u>7.922</u>	<u>8.857</u>	<u>8.246</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(43.038)	(46.180)	(54.070)	(57.097)
Juros de arrendamento	(18.203)	(13.201)	(22.500)	(15.076)
Outras despesas financeiras	(6.184)	(8.026)	(9.654)	(11.258)
Variação do Valor Justo - Swap CDI	4.110	17.062	4.110	17.062
Ajuste MTM Swap	(3.709)	(13.659)	(3.709)	(13.659)
Total	<u>(67.024)</u>	<u>(64.004)</u>	<u>(85.823)</u>	<u>(80.028)</u>
Variação cambial, líquida	(246)	290	(393)	(4.090)
Total	<u>(246)</u>	<u>290</u>	<u>(393)</u>	<u>(4.090)</u>
Resultado financeiro	<u>(59.481)</u>	<u>(55.792)</u>	<u>(77.359)</u>	<u>(75.872)</u>

26. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$14.766 na controladora e consolidado (R\$15.274 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018), sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários	7.272	6.759
Bônus	5.097	2.916
Plano de opção de compra de ações	2.043	5.257
Outros benefícios	354	342
Total	<u>14.766</u>	<u>15.274</u>

27. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Controladora

Em Assembleias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 13 de julho de 2010 (Plano 1) e em 26 de dezembro de 2016 (Plano 2), os acionistas da Companhia aprovaram os planos de opção de compra de ações da Companhia para os diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de ações ordinárias de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 6% do total de ações ordinárias, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo binomial de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações								Premissas valor justo		
Plano	Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação	(*) Preço de exercício - reais	Precificação de opções a data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
1	2010	4.993.106	-	-	4.993.106	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2011	627.607	-	(415.803)	5.204.910	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2012	1.028.401	-	(766.413)	5.466.898	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	337.652	-	(231.802)	5.572.748	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2013	106.827	-	-	5.679.575	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2014	15.000	-	(402.449)	5.292.126	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2015	423.547	(1.383.369)	(181.523)	4.150.781	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
1	2016	31.357	-	(120.672)	4.061.466	9,48 e 3,52	De R\$12,31 a R\$31,82	31,2%	De 12,25% a 14,15%	6 anos
2	2016	3.397.810	-	(98.000)	3.299.810	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
1	2017	225.386	(4.286.852)	-	-	-	-	-	-	-
2	2017	152.790	-	(93.333)	3.359.267	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
2	2018	710.000	-	(33.333)	4.035.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(57.500)	3.978.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(30.000)	3.948.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2	2018	-	-	(102.500)	3.845.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos

(*) Em função da cisão do segmento de BPO, a Administração da Companhia aprovou a segregação do preço de exercício dos Planos 1 e 2 entre a Companhia e a Neobpo, conforme demonstrado abaixo:

	Tivit	Neobpo	Total
Plano 1	9,48	3,52	13,00
Plano 2	28,95	3,05	32,00

A Companhia teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das letras no tesouro nacional (LTN) com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

A despesa referente ao valor justo das opções concedidas reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito ao exercício das opções de compras de ações, foi de R\$724 (R\$3.896 em 2018), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Controladas (Tivit Chile e Tivit Colômbia)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta para o Plano Phantom de Stock Options Latam. Esse plano possui o prazo de 4 anos (2015 a 2019) e será liquidado em caixa. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 420.000 opções "phantom".

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações							Premissas valor justo		
Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação (efeito acumulado)	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
2015	390.000	-	-	390.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	4 anos
2018	20.000	(11.700)	(18.300)	380.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	2 anos
2019	10.000	(48.000)	-	342.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	1 ano

A despesa referente ao valor justo das opções reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.329 (R\$666 em 2018), registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" em contrapartida ao passivo.

28. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico IAS 33/CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	125.180	107.750
Quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	91.966	92.882
Lucro básico por ação - R\$	1,36	1,16
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	125.180	107.750
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	91.966	92.882
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções (em milhares)	1.282	1.125
Total (em milhares)	93.248	94.007
Lucro diluído por ação - R\$	1,34	1,15

29. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. Esses contratos tiveram início em julho de 2013 (sem data de vencimento). Em 31 de dezembro de 2019, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$100.284 (R\$133.102 em 31 de dezembro de 2018). A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.
- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia, os quais consistem no recebimento de transmissão de voz. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Em 31 de dezembro de 2019, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$1.994 (R\$4.495 em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos.
- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Companhia. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de dezembro de 2019, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$19.343 (R\$25.077 em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que os gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos.
- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de dezembro de 2019, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$159.404 (R\$171.165 em 31 de dezembro de 2018). A Administração entende que os gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos.
- Contratos de arrendamento - a Companhia possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras, cujos detalhes estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 15.

Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	31/12/2019		31/12/2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Garantias destinadas a aluguéis	-	107	-	232
Garantias judiciais	2.400	25.401	258	26.398
Garantias de clientes	-	31.585	6.116	32.717
Total	2.400	57.093	6.374	59.347

30. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores de licença de uso de software não liquidados	-	115	-	115
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	1.514	671	2.777	4.943
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	42.370	43.093	52.202	50.574
Liquidação de contingências com depósitos judiciais	579	281	579	281
Provisão de dividendos	29.730	25.591	29.730	25.591
Provisão de juros sobre capital Próprio	34.416	21.000	34.416	21.000
Compensação de impostos com prejuízo fiscal	-	2.556	-	2.556

31. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	743.025	772.813
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários, materiais e/ou corporais, causados a terceiros	39.136	38.896
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	7.000	7.000
Automóveis	Cobertura básica	24.531	22.938
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	138.750	138.750
	Cyber Security	5.000	-
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	698.820	734.951

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 13 de março de 2020.

- Contratos de opção de compra de ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao final de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício. A Companhia adota o modelo Binomial de precificação de opções de compra de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 27, ao qual segue as premissas do modelo Black, Scholes e Merton.

- Mensurações do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. A Administração determina as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia implicam em exposição a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Companhia, segundo as alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à redução nas taxas de juros de mercado.

b) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre empréstimos e investimentos. Os principais instrumentos financeiros utilizados para administrar o risco de moeda estrangeira são contratos de "swap".

4.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capitais das Companhias é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e swap detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 4.6, respectivamente, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5) bem como pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 20).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (i)	(825.577)	(885.538)
Caixa e equivalentes de caixa	162.505	205.003
Dívida líquida	<u>(663.072)</u>	<u>(680.535)</u>
Patrimônio líquido	<u>1.188.659</u>	<u>1.169.293</u>
Índice de endividamento líquido	<u>55,8%</u>	<u>58,2%</u>

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, swaps, debêntures e arrendamentos mercantis, exceto arrendamentos mercantis - direito de uso circulantes e não circulantes.

4.3. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de "swap", caixa e equivalentes de caixa e contas a receber corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 4.5, nº 5 e nº 6, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam "ratings" AAA, baseado na agência de "rating" Fitch Ratings.

Os dez principais clientes representam 48,9% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (46,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.4. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Controladora</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	18.823	344.641	-	363.464
Debêntures	78.578	140.285	-	218.863
Arrendamento mercantil financeiro	58.115	208.662	-	266.777
Fornecedores	56.181	10.844	-	67.025
Total	211.697	704.432	-	916.129

<u>Consolidado</u>	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Vencidos</u>	<u>Total</u>
Empréstimos e financiamentos	49.846	463.295	-	513.141
Debêntures	78.578	140.285	-	218.863
Arrendamento mercantil financeiro	72.111	262.713	-	334.824
Fornecedores	86.693	15.397	2.400	104.490
Total	287.228	881.690	2.400	1.171.318

4.5. Instrumentos financeiros

Derivativos

As operações de swap foram liquidadas durante o último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha as seguintes operações de "swap":

31/12/2018										
Banco	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos	(Perda/ganho) na marcação a mercado	Moeda/indexador	Faixa de vencimento	Nocional	Mercado de negociação	Ref.
Itaú	-	(16.191)	(16.191)	(15.901)	290	"Swap" dólar para CDI	Abril/19	70.000	Balcão	(a)
ABC Brasil	-	-	-	-	-	"Swap" dólar para CDI	Dezembro/18	25.000	Balcão	(a)
Banco do Brasil	-	(5.785)	(5.785)	(5.612)	173	"Swap" Euro para CDI	Dezembro/20	70.830	Balcão	(a)
Total	-	(21.976)	(21.976)	(21.513)	463					

(a) Registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica "Empréstimos, financiamentos e debêntures", conforme nota explicativa nº 14.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, aplicações financeiras, depósitos judiciais, fornecedores, dividendos e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2018, os valores estimados de mercado dos demais instrumentos financeiros mensurados a valor justo podem ser assim demonstrados:

Categoria	Nota explicativa	Nível (*)	31/12/2018				
			Controladora		Consolidado		
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor Justo	
Instrumentos financeiros derivativos - "Swaps"	Valor justo por meio do resultado	14	2	(21.977)	(21.977)	(21.977)	(21.977)

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

A Companhia determina o valor justo conforme o pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13) - Mensuração do valor justo, o qual define o valor justo de um título correspondente ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais (R\$).

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) - Instrumentos financeiros: Evidenciação, requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensuração a valor justo dos instrumentos financeiros, com base em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 40 (R1) (IFRS 7) também define informações observáveis, como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos.
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

O valor de mercado dos ativos e passivos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando-se as taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes, com condições e vencimentos similares.

Técnica de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

As operações de swap são avaliadas utilizando interpolação das taxas de mercado de contratos futuros da moeda do respectivo contrato para cada data-base, conforme informado pela B3.

4.6. Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº 4.1.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

Risco na taxa de juros e correção monetária

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras, empréstimos, financiamentos e debêntures

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia são afetados pelas variações na taxa de Certificado de Depósito Interbancário - CDI, assim como determinados empréstimos. Com base nos saldos existentes em 31 de dezembro de 2019 e nas taxas de juros nessa data, no cenário provável há uma receita financeira estimada de R\$3.925 e despesas financeiras estimadas de R\$48.807 para os próximos 12 meses. O cenário provável foi determinado pela Administração com base nas taxas vigentes em 31 de dezembro de 2019.

O valor presente dos pagamentos mínimos dos contratos de arrendamento firmados pela Companhia está sujeito à correção monetária pelos índices de inflação vigentes. Com base nos saldos existentes em 31 de dezembro de 2019 e nas taxas de correção monetária nessa data, no cenário provável há despesas financeiras estimadas de R\$14.317 para os próximos 12 meses.

Estimando o aumento ou a redução de 25% e 50% nas taxas de juros atuais, as receitas (despesas) financeiras seriam impactadas conforme segue:

Transação	Risco (variação taxa de juros)	Exposição em 31/12/2019	Cenários		
			Provável à taxa de 31/12/2020	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Debêntures 2ª emissão - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(28.708)	(1.994)	(2.307)	(2.620)
Debêntures 3ª emissão - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(40.835)	(2.816)	(3.260)	(3.705)
Debêntures 4ª emissão - Tivit Brasil(a)	123% do CDI	(133.651)	(7.133)	(8.928)	(10.727)
NCE Banco Bradesco - Tivit Brasil (a)	121% do CDI	(83.352)	(4.704)	(5.384)	(6.468)
NCE Banco Santander - Tivit Brasil (a)	118% do CDI	(51.197)	(2.977)	(3.223)	(3.871)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	120% do CDI	(50.482)	(2.985)	(3.233)	(3.884)
Arrendamentos (CDI) - Tivit Brasil (a)	100% do CDI (*)	(123.252)	(6.487)	(8.119)	(9.754)
Arrendamentos (IGPM/FGV) - Tivit Brasil (c)	7,30%	(79.495)	(5.754)	(7.192)	(8.630)
Arrendamentos (IGP-DI) - Tivit Brasil (d)	7,70%	(4.084)	(314)	(393)	(472)
Arrendamentos (IPCA/IBGE) - Tivit Brasil (e)	4,31%	(3.382)	(146)	(182)	(219)
Arrendamentos (IPC) - Latam (f)	2,90%	(55.713)	(1.616)	(2.020)	(2.424)
NP 1ª emissão - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(23.463)	(1.889)	(1.733)	(1.987)
NCE Banco Santander - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(50.022)	(3.563)	(3.695)	(4.236)
NCE Banco do Brasil - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(50.012)	(3.563)	(3.694)	(4.235)
NCE Banco Safra - Tivit Brasil (a)	100% do CDI	(25.018)	(1.987)	(1.848)	(2.119)
CCB Banco Itaú - Tivit Colômbia (b)	IBR + 2,30%	(6.091)	(345)	(401)	(458)
CCB Banco Bogotá - Tivit Colômbia (b)	IBR + 2,50%	(8.321)	(534)	(619)	(705)
Aplicações financeiras (a)	99,5% do CDI (*)	92.874	3.925	4.906	5.887
Efeito líquido no resultado			<u>(44.882)</u>	<u>(51.325)</u>	<u>(60.627)</u>
Deterioração comparada à projeção			-	<u>(6.443)</u>	<u>(15.745)</u>

(*) Média ponderada.

- (a) Taxa provável da variação do CDI estimada em 4,25% a.a. Fonte: Central do Brasil/ Focus - Relatório de Mercado de 14 de fevereiro de 2020.
- (b) Taxa provável IBR utilizada de 4,25% a.a. Fonte: Banco Itaú - Relatório Projeções Latam fevereiro/2020.
- (c) Taxa provável da variação do IGPM/FGV estimada em 7,30% a.a. Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Relatório IGP-M setembro de 2019.
- (d) Taxa provável da variação do IGP-DI estimada em 7,70% a.a. Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Relatório IGP-DI setembro de 2019.
- (e) Taxa provável da variação do IPCA/IBGE estimada em 4,31% a.a. Fonte: IBGE | Sistema Nacional de Índices - Relatório IPCA e INPC de setembro de 2019.
- (f) Taxa provável da variação do IPC estimada em 2,9% a.a. Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas | Chile de setembro de 2019.

Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas ou ganhos e em restrições ou sobras de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira estava substancialmente coberta por operações financeiras de swap, o que permitiu à Companhia trocar os riscos originais da operação para o custo relativo à variação do CDI.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de câmbio - empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui determinados financiamentos, os quais estão sujeitos às variações das taxas de câmbio das respectivas moedas em que foram contratados. Em 31 de dezembro de 2019, a Tivit Chile possui contratos de arrendamentos mercantis em dólar norte-americano (US\$), e estimou um cenário provável para 31 de dezembro 2020, com base nas projeções econômicas preparadas pelo Itaú BBA.

A seguir, está apresentado o efeito no resultado da Companhia com base nessas taxas a respectiva apreciação das moedas estrangeiras em 25% e 50%:

Consolidado

Transação	Risco (variação cambial)	Exposição em 31/12/2019	Cenários		
			Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Contratos de arrendamento - Tivit Chile		(390.276)	3.164	3.955	4.746
Exposição líquida - dólar norte-americano	Variação do dólar norte-americano	(390.276)	3.164	3.955	4.746
Deterioração comparada ao cenário provável			-	791	1.582

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários. Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos	21.775	32.863	63.650	60.020
CDBs e debêntures compromissadas (*)	92.874	144.983	98.855	144.983
Total	<u>114.649</u>	<u>177.846</u>	<u>162.505</u>	<u>205.003</u>
<u>Caixa e bancos</u>				
Brasil	21.775	32.863	22.430	32.863
USA	-	-	149	29
Chile	-	-	4.760	5.975
Colômbia	-	-	9.466	7.870
Argentina	-	-	4.783	3.621
Peru	-	-	4.034	1.327
Panamá	-	-	7.248	2.969
Equador	-	-	136	-
México	-	-	7.828	4.070
Bolívia	-	-	268	309
Paraguai	-	-	2.548	987
	<u>21.775</u>	<u>32.863</u>	<u>63.650</u>	<u>60.020</u>
<u>CDBs e debêntures compromissadas</u>				
Brasil (*)	92.874	144.983	98.825	144.983
Argentina	-	-	30	-
	<u>92.874</u>	<u>144.983</u>	<u>98.855</u>	<u>144.983</u>
Total	<u>114.649</u>	<u>177.846</u>	<u>162.505</u>	<u>205.003</u>

(*) As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 100% (100% em 2018) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata, por força de compromissos de recompra, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber faturadas	145.461	129.795	210.645	184.869
Contas a receber a faturar	42.377	46.049	51.796	59.998
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(10.845)	(7.271)	(14.885)	(8.221)
Total	<u>176.993</u>	<u>168.573</u>	<u>247.556</u>	<u>236.646</u>

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 48 dias no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (45 dias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Sobre as contas a receber em atraso são cobrados, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	110.709	95.759	160.663	138.669
Vencidas:				
Até 30 dias	13.701	16.788	19.548	21.924
De 31 a 60 dias	3.452	4.098	6.035	5.917
De 61 a 90 dias	964	1.295	1.850	3.538
De 91 a 180 dias	5.790	4.584	7.664	6.600
Acima de 180 dias	10.845	7.271	14.885	8.221
Total	<u>145.461</u>	<u>129.795</u>	<u>210.645</u>	<u>184.869</u>

- c) As provisões para perdas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas, e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas.

A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(7.933)	(11.566)
Adições	(12.082)	(13.528)
Baixas por perda efetiva	8.926	9.247
Reversões por recuperação (*)	3.818	7.656
Ajuste de conversão	-	(30)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(7.271)</u>	<u>(8.221)</u>
Adições	(7.546)	(15.880)
Baixas por perda efetiva	120	120
Reversões por recuperação (*)	3.852	9.293
Ajuste de conversão	-	(197)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(10.845)</u>	<u>(14.885)</u>

(*) Reversões em função do recebimento de contas.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Suporte e manutenção de software (a)	31.314	49.322	29.962	51.127
Outras	1.457	1.546	2.509	2.762
Total	<u>32.771</u>	<u>50.868</u>	<u>32.471</u>	<u>53.889</u>
Circulante	26.215	40.783	25.813	43.644
Não circulante	6.556	10.085	6.658	10.245

- (a) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de suporte e manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados de prestação de serviços.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social	36.784	16.448	51.772	34.179
Imposto Sobre Serviços - ISS retido sobre faturamento	817	1.755	3.672	3.407
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	3.839	3.737	3.839	3.737
PIS e COFINS - Crédito sobre despesas operacionais	7.283	3.980	7.283	3.980
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	1.371	1.501	1.371	1.501
Outros impostos	1.740	1.907	4.880	2.861
Total	51.834	29.328	72.817	49.665

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da Administração serão compensados com o pagamento de impostos federais relacionados à nossa atividade.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo:				
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A.	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205
Tivit Chile Spa	-	-	93.140	97.082
Stone Age (**)	-	-	88.534	-
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765	64.765	64.765
Work	39.669	39.669	39.669	39.669
Tivit Colombia S.A.S.	-	-	21.333	22.076
Tivit Peru SRL	-	-	20.690	21.566
Open	21.145	21.145	21.145	21.145
Neobpo (***)	8.886	-	8.886	-
Synapsis Panama S.A.	-	-	7.477	7.794
One Cloud	-	-	6.489	6.489
Outras	17.144	17.144	30.068	30.639
Subtotal	1.325.814	1.316.928	1.576.401	1.485.430
Amortização acumulada	(12.089)	(12.089)	(12.089)	(12.089)
Total	1.313.725	1.304.839	1.564.312	1.473.341

Movimentação do período

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.304.839	1.467.182
Ajustes de tradução (*)	-	6.159
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.304.839	1.473.341
Adições	8.886	97.420
Ajustes de tradução (*)	-	(6.449)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.313.725	1.564.312

(*) Resultado da variação dos ajustes de tradução (conversão para moeda de apresentação) durante o exercício de ágios em transações de controladas no exterior.

(**) Empresa adquirida em maio de 2019 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

(***) Incorporação parcial na Neobpo ocorrida em 31 de outubro de 2019, descrito na nota explicativa nº 1. Refere-se basicamente à expectativa de rentabilidade futura sobre a operação transferida no processo de incorporação.

O valor registrado refere-se substancialmente ao ágio de R\$1.174.205 gerado na então controladora Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. em decorrência da aquisição da Companhia em 7 de junho de 2010. Essa empresa foi incorporada pela Companhia em fevereiro em 2011.

Esses ágios são fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado, sendo realizada anualmente avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável ("impairment").

O ágio por expectativa de rentabilidade futura ("goodwill") alocado a cada Unidade Geradora de Caixa - UGC deve ser testado para verificar a necessidade de redução ao seu valor recuperável ("impairment"). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o "goodwill") com o seu valor recuperável e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de redução ao seu valor recuperável. No fim de 2019, a Companhia efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas a seguir descritas, não constatou a necessidade de provisão por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração.

O teste de "impairment" baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 53% do total de ativos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2019 (54% em 31 de dezembro de 2018), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC. Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais, que no caso da Companhia é a localização geográfica (cada país é uma UGC).

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com a IAS 36/CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levadas em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição.

Premissas-chave

As premissas-chave consideradas para o teste de "impairment", ou seja, aquelas para as quais o valor recuperável das unidades geradoras de caixa é mais sensível são as seguintes:

- Volume de vendas - prestação de serviços.
- Margem dos Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - Lajida.
- Dispêndio anual para investimentos (Capex).
- Taxa de crescimento.
- Taxa de desconto.

Volume de vendas - prestação de serviços:

O volume de vendas - prestação de serviços foi estimado com base no desempenho passado da Companhia e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2020. A taxa de crescimento foi estimada com base nos estudos externos, através de pesquisa em órgãos especializados em informações sobre os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e produtos para o consumidor de tecnologia.

Os percentuais estimados de crescimento do volume de venda - prestação de serviços são:

	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>
Brasil	7%	11%	12%	12%	12%	11%	10%	8%	7%	6%
Chile	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%	13,7%
Colômbia	13,1%	12,7%	12,4%	12%	11,7%	11,7%	11,7%	11,7%	11,7%	11,7%
Peru	16%	15,1%	14,7%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%	14,3%
Argentina	12,5%	13,1%	13,8%	14,5%	15,2%	15,2%	15,2%	15,2%	15,2%	15,2%

Margem de LAJIDA

A margem de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para o ano de 2020 está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para o período de 2021 a 2029, a Administração utilizou percentuais de margem que correspondem às condições dos mercados onde a Companhia atua, refletindo as movimentações de tal margem em decorrência do crescimento estimado de receita.

Para o Brasil, país onde está localizado o maior volume de receita da Companhia, foram projetadas para 2020, 2021 e 2022 as margens de LAJIDA de 25%, 26% e 27%, respectivamente. Adicionalmente, para o Chile, que é a segunda maior operação da Companhia, foram projetadas as taxas de 18,7%, 20,7% e 21,9% para os anos de 2020, 2021 e 2022, respectivamente.

Dispêndio anual para investimentos (Capex)

Os investimentos referem-se a equipamentos que serão utilizados em novas operações e foram projetados considerando sua representatividade em relação à receita líquida, advinda de prestação de serviços. Para o ano de 2020, foi utilizado o valor do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e para os demais períodos projetados ficou em 10% da receita líquida, com base na particularidade de cada operação.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa

Após o período projetado, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano projetado (2029), ajustando-se o nível de capital de giro e investimentos adequados ao crescimento em cada país, considerado para o período perpétuo, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Brasil</u>	<u>Chile</u>	<u>Colômbia</u>	<u>Peru</u>	<u>Argentina</u>
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,0%	0,5%	0,5%	0,5%	0,0%

Taxa de desconto

As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo de capital médio ponderado (WACC), conforme abaixo:

	<u>Brasil</u>	<u>Chile</u>	<u>Colômbia</u>	<u>Peru</u>	<u>Argentina</u>
Taxa de desconto	11,77%	10,07%	10,31%	9,8%	29,87%

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Companhia. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Companhia é obrigada a honrar.

Note-se que a Administração da Companhia optou pelo período de dez anos, por entender que o mesmo demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro e por ter um histórico que demonstra sua capacidade de fazer essa previsão de forma precisa para esse período longo. As estimativas foram efetuadas em termos nominais.

Apesar de a Companhia acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem ser diferentes.

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Custo	619.227	558.304	730.421	635.298
Amortização acumulada	<u>(433.383)</u>	<u>(387.960)</u>	<u>(505.443)</u>	<u>(449.712)</u>
Total	<u>185.844</u>	<u>170.344</u>	<u>224.978</u>	<u>185.586</u>

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está assim representada:

	<u>Controladora</u>					<u>Total</u>
	<u>Marcas e patentes</u>	<u>Software (b)</u>	<u>Direito de uso de software</u>	<u>Gastos com implementação de software</u>	<u>Direitos de prestação de serviços a clientes (a)</u>	
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	45.978	328.909	-	2.111	126.657	503.655
Adições	2.544	46.526	-	-	5.661	54.731
Baixas	-	-	-	-	(82)	(82)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>48.522</u>	<u>375.435</u>	-	<u>2.111</u>	<u>132.236</u>	<u>558.304</u>
Adições	-	49.125	6.539	-	3.715	59.379
Transferências	80	2.312	-	(763)	(85)	1.544
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>48.602</u>	<u>426.872</u>	<u>6.539</u>	<u>1.348</u>	<u>135.866</u>	<u>619.227</u>
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(96)	(243.886)	-	(2.110)	(106.658)	(352.750)
Despesas de amortização	(4)	(29.914)	-	-	(5.292)	(35.210)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(100)</u>	<u>(273.800)</u>	-	<u>(2.110)</u>	<u>(111.950)</u>	<u>(387.960)</u>
Transferências	(1.174)	(5.386)	-	762	5.798	-
Despesas de amortização	(138)	(34.808)	(2.244)	-	(8.233)	(45.423)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>(1.412)</u>	<u>(313.994)</u>	<u>(2.244)</u>	<u>(1.348)</u>	<u>(114.385)</u>	<u>(433.383)</u>
Total líquido	<u>47.190</u>	<u>112.878</u>	<u>4.295</u>	<u>-</u>	<u>21.481</u>	<u>185.844</u>

	Consolidado					Total
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	55.278	350.053	-	8.737	165.048	579.116
Adições	2.544	50.892	-	26	5.661	59.123
Baixas	-	-	-	-	(82)	(82)
Ajuste de tradução	49	(1.944)	-	(2.886)	1.922	(2.859)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.871	399.001	-	5.877	172.549	635.298
Adições	-	49.125	14.512	-	3.719	67.356
Cominação de negócios (c)	-	11.062	-	-	16.529	27.591
Transferências	(8.757)	(489)	-	3.708	7.082	1.544
Ajuste de tradução	745	(659)	-	187	(1.641)	(1.368)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.859	458.040	14.512	9.772	198.238	730.421
Amortização						
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.136)	(284.434)	-	(6.970)	(112.933)	(406.473)
Despesas de amortização	(4)	(31.833)	-	(393)	(11.199)	(43.429)
Ajuste de tradução	-	(1.255)	-	2.316	(871)	190
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.140)	(317.522)	-	(5.047)	(125.003)	(449.712)
Transferências	1.672	18.089	-	19	(19.780)	-
Despesas de amortização	(138)	(33.481)	(5.151)	(2.001)	(15.655)	(56.426)
Ajuste de tradução	(806)	(1.647)	-	324	2.824	695
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.412)	(334.561)	(5.151)	(6.705)	(157.614)	(505.443)
Total líquido	48.447	123.479	9.361	3.067	40.624	224.978

- (a) Refere-se à aquisição de contratos para prestação de serviços a determinados clientes. Essas aquisições são relativas, principalmente, ao desenvolvimento de software para esses clientes, e os contratos variam de cinco a dez anos. A amortização está sendo calculada de forma linear, pelo prazo do contrato. Estão registrados nesse grupo os montantes de R\$11.000 e R\$52.944 (R\$11.000 e R\$52.944 em 2018) na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes à alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da Synapsis. A taxa média ponderada da amortização para o exercício é de 9,5% e 7,6% na controladora e no consolidado, respectivamente. Também está registrada a alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da StoneAge no montante de R\$14.938. Referido valor será amortizado em 7 anos. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudo de avaliação econômico-financeira.
- (b) Refere-se a aquisição de licenças de uso de software utilizadas na prestação de serviços a clientes.
- (c) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os montantes de R\$43.042 na controladora e R\$45.141 no consolidado (R\$33.453 na controladora e R\$34.743 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), referentes à despesa de amortização, foram debitados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados", e na rubrica "Despesas gerais e administrativas" foram debitados os montantes de R\$2.381 na controladora e R\$11.285 no consolidado (R\$1.757 na controladora e R\$8.686 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

Teste de redução ao valor recuperável do ativo intangível - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo intangível que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores de perda do valor recuperável desses ativos.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos em controladas	303.691	178.633

Informações e movimentações dos saldos para o exercício findo 31 de dezembro de 2019:

Em 31 de dezembro de 2019

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Tivit Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia (a)	México (a)	Paraguai (a)	StoneAge (b)
Capital social	215.688	21.323	613	2.457	10	25	339	819	250
Percentual de participação	100,00%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%	100%
Patrimônio líquido	178.541	55.659	9.404	157	1.624	150	1.066	3.407	(2.336)
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-	103.867
Lucro (prejuízo) do exercício	13.620	11.167	(1.317)	(106)	-	(12)	668	1.410	5.027

Em 31 de dezembro de 2018

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia (a)	México (a)	Paraguai (a)	
Capital social	214.110	21.324	613	2.264	10	25	339	819	
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,95%	100%	
Patrimônio líquido	167.987	43.710	10.584	62	1.624	151	225	10.114	
Ágio (*)	-	-	-	-	6.489	-	-	-	
Lucro (prejuízo) do período	2.993	(1.721)	4.362	(128)	(9)	118	(625)	1.124	

(*) Em virtude do processo de consolidação, o ágio gerado na aquisição da empresa One Cloud e Stone Age está sendo apresentado no investimento.

Movimentação dos investimentos

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge (a)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	151.883	13	1.167	174	8.122	25	2	2	-	161.388
Investimento em controladas	-	-	-	-	-	-	337	817	-	1.154
Resultado de equivalência patrimonial	2.524	-	469	(128)	(9)	118	(625)	1.123	-	3.472
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	12.428	1	(496)	-	-	8	511	151	-	12.603
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	16	-	-	-	-	-	16
Saldo em 31 de dezembro de 2018	166.835	14	1.140	62	8.113	151	225	2.093	-	178.633
Investimento em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	5.086	5.086
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	88.534	88.534
Resultado de equivalência patrimonial	13.620	4	(142)	(106)	-	(12)	668	1.410	3.304	18.746
Combinação de negócios - mais valia (b)	-	-	-	-	-	-	-	-	15.333	15.333
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(4.523)	-	16	-	-	11	173	(96)	-	(4.419)
Aumento de capital	1.577	-	-	193	-	-	-	-	-	1.770
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	8	-	-	-	-	-	8
Saldo em 31 de dezembro de 2019	177.509	18	1.014	157	8.113	150	1.066	3.407	112.257	303.691

(a) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme nota explicativa nº 1.

(b) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Custo	1.392.956	1.237.648	1.834.471	1.592.316
Depreciação acumulada	(983.726)	(892.350)	(1.259.537)	(1.134.760)
Total	409.230	345.298	574.934	457.556
Computadores e periféricos	175.564	180.967	182.204	183.439
Máquinas e equipamentos	80.546	80.701	180.061	172.589
Direitos de uso - edificações	75.048	-	120.507	-
Benfeitorias	13.162	14.674	13.785	18.438
Edificações	24.162	24.888	27.791	28.621
Instalações	12.359	11.286	18.032	17.118
Terrenos	14.090	14.090	15.753	15.602
Móveis e utensílios	5.776	6.495	7.327	7.839
Veículos	8.523	12.197	9.474	13.910
Total	409.230	345.298	574.934	457.556

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está assim representada:

	Controladora				31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					14.090
Terrenos	14.090	-	-	-	14.090
Edificações	50.936	23	-	-	50.959
Instalações	64.183	1.158	-	-	65.341
Móveis e utensílios	18.088	1.002	(5)	(86)	18.999
Benfeitorias	123.480	2.375	(1)	89	125.943
Máquinas e equipamentos	205.083	3.764	(7)	-	208.840
Computadores e periféricos	681.522	49.032	(496)	-	730.058
Veículos	21.763	5.221	(3.563)	(3)	23.418
Total	1.179.145	62.575	(4.072)	-	1.237.648
Depreciação acumulada:					(26.071)
Edificações	(25.247)	(824)	-	-	(26.071)
Instalações	(52.260)	(1.795)	-	-	(54.055)
Móveis e utensílios	(11.510)	(999)	5	-	(12.504)
Benfeitorias	(104.159)	(7.111)	1	-	(111.269)
Máquinas e equipamentos	(118.834)	(9.312)	7	-	(128.139)
Computadores e periféricos	(497.813)	(51.774)	496	-	(549.091)
Veículos	(9.776)	(3.787)	2.342	-	(11.221)
Total	(819.599)	(75.602)	2.851	-	(892.350)
Total líquido	359.546	(13.027)	(1.221)	-	345.298

	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Ajustes de conversão	
Custo:						15.602
Terrenos	15.437	-	-	-	165	15.602
Edificações	54.730	23	-	-	274	55.027
Instalações	77.894	1.741	-	-	564	80.199
Móveis e utensílios	26.091	1.039	(6)	(86)	304	27.342
Benfeitorias	124.022	3.529	(1)	89	3.017	130.656
Máquinas e equipamentos	482.576	20.994	(1.450)	-	15.570	517.690
Computadores e periféricos	689.808	50.046	(718)	-	866	740.002
Veículos	23.618	5.682	(3.563)	(3)	64	25.798
Total	1.494.176	83.054	(5.738)	-	20.824	1.592.316
Depreciação acumulada:						(26.406)
Edificações	(25.473)	(920)	-	-	(13)	(26.406)
Instalações	(60.354)	(2.411)	-	-	(316)	(63.081)
Móveis e utensílios	(17.873)	(1.401)	5	-	(234)	(19.503)
Benfeitorias	(104.701)	(7.482)	1	-	(36)	(112.218)
Máquinas e equipamentos	(311.019)	(24.289)	990	-	(10.783)	(345.101)
Computadores e periféricos	(503.659)	(52.276)	501	-	(1.129)	(556.563)
Veículos	(9.948)	(4.244)	2.336	-	(32)	(11.888)
Total	(1.033.027)	(93.023)	3.833	-	(12.543)	(1.134.760)
Total líquido	461.149	(9.969)	(1.905)	-	8.281	457.556

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

	Controladora						31/12/2019
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Adoção inicial IFRS 16 (i)	Incorporação parcial (ii)	
Custo:							14.090
Terrenos	14.090	-	-	-	-	-	14.090
Edificações	50.959	157	-	(2)	-	16	51.130
Direitos de uso - edificações	-	9.223	(750)	-	75.964	5.935	90.372
Instalações	65.341	2.235	-	-	-	223	67.799
Móveis e utensílios	18.999	55	(4)	69	-	175	19.294
Benfeitorias	125.943	810	-	143	-	2.334	129.230
Máquinas e equipamentos	208.840	9.320	(31)	(1.134)	-	1.022	218.017
Computadores e periféricos	730.058	51.169	(117)	(677)	-	447	780.880
Veículos	23.418	1.061	(2.392)	57	-	-	22.144
Total	1.237.648	74.030	(3.294)	(1.544)	75.964	10.152	1.392.956
Depreciação acumulada:							(26.968)
Edificações	(26.071)	(824)	-	(73)	-	-	(26.968)
Direitos de uso - edificações	-	(11.638)	-	-	(3.686)	-	(15.324)
Instalações	(54.055)	(1.428)	-	43	-	-	(55.440)
Móveis e utensílios	(12.504)	(975)	4	(43)	-	-	(13.518)
Benfeitorias	(111.269)	(4.799)	-	-	-	-	(116.068)
Máquinas e equipamentos	(128.139)	(10.227)	31	864	-	-	(137.471)
Computadores e periféricos	(549.091)	(56.002)	116	(339)	-	-	(605.316)
Veículos	(11.221)	(3.855)	1.907	(452)	-	-	(13.621)
Total	(892.350)	(89.748)	2.058	-	(3.686)	-	(983.726)
Total líquido	345.298	(15.718)	(1.236)	(1.544)	72.278	10.152	409.230

	Consolidado								
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Adoção inicial IFRS 16 (i)	Incorporação parcial (ii)	Combinação de negócios (iii)	Ajuste de conversão	31/12/2019
Custo:								151	15.753
Terrenos	15.602	-	-	-	-	-	-	(91)	55.269
Edificações	55.027	319	-	(2)	-	16	-	-	142.247
Direitos de uso - edificações	-	13.844	(441)	-	122.909	5.935	1.724	(612)	84.023
Instalações	80.199	2.489	-	-	-	223	333	1.122	29.245
Móveis e utensílios	27.342	258	(264)	279	-	175	176	(4.206)	129.913
Benfeitorias	130.656	810	-	-	-	2.334	1.474	5.140	556.087
Máquinas e equipamentos	517.690	32.270	(41)	(1.468)	-	1.022	492	3.084	797.310
Computadores e periféricos	740.002	55.270	(1.308)	(677)	-	447	-	20	24.624
Veículos	25.798	1.064	(2.439)	181	-	-	-	4.608	1.834.471
Total	1.592.316	106.324	(4.493)	(1.544)	122.909	10.152	4.199	4.608	1.834.471
Depreciação acumulada:								(80)	(27.478)
Edificações	(26.406)	(919)	-	(73)	-	-	-	(80)	(27.478)
Direitos de uso - edificações	-	(16.523)	-	-	(5.217)	-	-	-	(21.740)
Instalações	(63.081)	(2.063)	-	43	-	-	(1.301)	411	(65.991)
Móveis e utensílios	(19.503)	(1.235)	224	(43)	-	-	(246)	(1.115)	(21.918)
Benfeitorias	(112.218)	(4.859)	-	-	-	-	-	949	(116.128)
Máquinas e equipamentos	(345.101)	(24.435)	60	864	-	-	(1.257)	(6.157)	(376.026)
Computadores e periféricos	(556.563)	(57.280)	650	(339)	-	-	(347)	(1.227)	(615.106)
Veículos	(11.888)	(4.324)	1.909	(452)	-	-	-	(395)	(15.150)
Total	(1.134.760)	(111.638)	2.843	-	(5.217)	-	(3.151)	(7.614)	(1.259.537)
Total líquido	457.556	(5.314)	(1.650)	(1.544)	117.692	10.152	1.048	(3.006)	574.934

(i) Saldos relacionados às operações de arrendamento da Companhia, referentes à locação de prédios para suas unidades e prédios administrativos, cujos pagamentos são mensais. Em geral, estes contratos possuem como período de locação prazos que variam entre 1 e 14 anos, os quais são passíveis de extensão por opções de renovação existentes em contrato e pela lei do inquilinato (Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991). A Companhia avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se estas opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

(ii) Incorporação parcial ocorrida em 31 de outubro de 2019, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

(iii) Empresa adquirida em maio de 2019, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os montantes de R\$88.759 na controladora e R\$96.005 no consolidado (no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os montantes de R\$71.818 na controladora e R\$74.418 no consolidado), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados", e os montantes de R\$4.676 na controladora e R\$24.001 no consolidado (na controladora R\$3.784 e R\$18.605 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, com base nos estudos efetuados anualmente, não foram identificados indicadores da necessidade de provisão para redução a seu valor recuperável.

12.1. Contratos de arrendamento financeiro

Em 31 de dezembro de 2019, os contratos de arrendamento financeiro têm prazo médio de duração de 42 meses (45 meses em 31 de dezembro de 2018) e referem-se, substancialmente a aquisição de software e hardware para a operação da Companhia. A Companhia possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não possui subarrendamentos.

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

		Controladora			
		31/12/2019			31/12/2018
Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	22.431	(10.976)	11.455	6.747
Computadores e periféricos	4 a 8	473.193	(339.431)	133.762	149.509
Software	5	62.265	(43.565)	18.700	12.127
Direito de uso - softwares	2 a 3	6.539	(2.244)	4.295	-
Direito de uso - edificações	6	90.372	(15.324)	75.048	-
Total		<u>654.800</u>	<u>(411.540)</u>	<u>243.260</u>	<u>168.383</u>

		Consolidado			
		31/12/2019			31/12/2018
Anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	96.123	(57.623)	38.500	29.874
Computadores e periféricos	4 a 8	473.193	(339.431)	133.762	149.509
Direito de uso - softwares	2 a 3	14.512	(5.151)	9.361	-
Direito de uso - edificações	6	142.247	(21.740)	120.507	-
Software	5	62.265	(43.565)	18.700	12.127
Total		<u>788.340</u>	<u>(467.510)</u>	<u>320.830</u>	<u>191.510</u>

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão detalhados a seguir:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Até 1 ano	45.764	59.888
De 1 a 5 anos	145.926	80.700
Mais de 5 anos	9.246	-
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>200.936</u>	<u>140.588</u>

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Até 1 ano	58.547	67.946
De 1 a 5 anos	177.348	91.630
Mais de 5 anos	31.260	-
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>267.155</u>	<u>159.576</u>

(*) Incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como arrendamentos mercantis (vide nota explicativa nº 15).

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as garantias concedidas às operações de arrendamento mercantil, são os próprios ativos, dos respectivos contratos.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Licença de uso e manutenção de software	8.783	8.473	14.326	13.459
Serviços profissionais	14.384	11.431	29.665	22.827
Equipamentos de informática e telecomunicação	23.137	38.548	28.100	46.080
Telefonia	2.067	2.534	4.485	5.465
Ocupação	4.478	4.492	7.314	8.258
Benefícios	7.530	8.763	9.803	10.239
Outros itens	6.646	7.720	10.797	12.696
Total	<u>67.025</u>	<u>81.961</u>	<u>104.490</u>	<u>119.024</u>
Circulante	56.181	71.117	89.093	105.398
Não circulante	10.844	10.844	15.397	13.626

Em 31 de dezembro de 2019, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 56 dias (59 dias em 31 de dezembro de 2018). Usualmente não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Mensurados ao custo amortizado:	28.708	57.595
Debêntures 2ª emissão (a)	40.835	81.905
Debêntures 3ª emissão (b)	133.651	134.197
Debêntures 4ª emissão (c)	83.352	125.485
NCE - Banco Bradesco S.A. (d)	23.463	43.420
Nota promissória - Banco Safra (e)	25.367	-
NCE - Banco Santander S.A. (h)	25.467	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (i)	25.830	-
NCE - Banco Santander S.A. (j)	25.015	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (k)	25.018	-
NCE - Banco Safra (l)	50.022	-
NCE - Banco Santander S.A. (m)	50.012	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (n)	-	54.253
Cédula de crédito bancário internacional - Banco do Brasil (f)	-	88.146
Cédula de crédito bancário internacional - Banco Itaú S.A. (g)	-	-
Total ao custo amortizado	<u>536.740</u>	<u>585.001</u>

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Mensurados ao valor justo:		
Instrumentos financeiros derivativos (f)	-	(5.785)
Instrumentos financeiros derivativos (g)	-	(16.191)
Custo de captação	(3.574)	(4.344)
Total	<u>533.166</u>	<u>558.681</u>
Parcela do circulante	83.531	194.378
Parcela do não circulante	449.635	364.303
	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 2ª emissão (a)	28.708	57.595
Debêntures 3ª emissão (b)	40.835	81.905
Debêntures 4ª emissão (c)	133.650	134.197
NCE - Banco Bradesco S.A. (d)	83.352	125.485
Nota promissória - Banco Safra (e)	23.463	43.420
NCE - Banco Santander S.A. (h)	25.367	-
NCE - Banco Santander S.A. (i)	25.467	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (j)	25.830	-
NCE - Banco Santander S.A. (k)	25.015	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (l)	25.018	-
NCE - Banco Safra (l)	50.022	-
NCE - Banco Santander S.A. (m)	50.012	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (n)	6.992	7.308
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (o)	5.379	5.879
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (p)	6.455	7.005
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (q)	6.617	7.180
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (r)	11.033	11.504
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (s)	5.379	5.622
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (t)	-	775
Moeda local (COP) - Banco de Occidente S.A. - Colômbia (u)	-	4.301
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá S.A. - Colômbia (v)	896	2.376
Moeda local (ARS) - Banco Itaú - Argentina (w)	64.724	67.482
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (x)	6.777	10.583
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil S.A. - Chile (y)	21.014	21.881
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá - Colômbia (aa)	-	6.580
Moeda local (COP) - Banco Itaú S.A. - Colômbia (ab)	6.091	8.974
Moeda local (COP) - Banco de Bogotá - Colômbia (ac)	8.321	-
CCB internacional - Banco do Brasil (f)	-	54.253
CCB internacional - Banco Itaú S.A. (g)	-	88.146
Total ao custo amortizado	<u>686.417</u>	<u>752.451</u>
Mensurados ao valor justo:		
Instrumentos financeiros derivativos (f)	-	(5.785)
Instrumentos financeiros derivativos (g)	-	(16.191)
Custo de captação	(3.629)	(4.513)
Total	<u>682.788</u>	<u>725.962</u>
Parcela do circulante	114.499	208.749
Parcela do não circulante	568.289	517.213

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 está apresentada a seguir:

	Controladora								31/12/2019
	31/12/2018	Captações	Juros incorridos	Variação do valor justo	Liquidação (ganho)/perda	Ajuste MTM	Amortização de principal	Pagamento de juros	
Tivit - debêntures	273.697	-	16.990	-	-	-	(67.662)	(19.831)	203.194
Custo de captação	(4.344)	(1.642)	2.412	-	-	-	-	-	(3.574)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.977)	-	-	1.115	20.862	-	-	-	-
Tivit - empréstimos	311.305	225.000	21.287	-	-	(19.383)	(178.889)	(25.774)	333.546
Total da dívida bruta	558.681	223.358	40.689	1.115	20.862	(19.383)	(246.551)	(45.605)	533.166

	Consolidado									31/12/2019
	31/12/2018	Captações	Juros incorridos	Variação do valor justo	Liquidação (ganho)/perda	Ajuste MTM	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajustes de conversão	
Tivit - debêntures	273.697	-	16.990	-	-	-	(67.662)	(19.831)	-	203.194
Custo de captação	(4.344)	(1.642)	2.412	-	-	-	-	-	-	(3.574)
Instrumentos financeiros derivativos	(21.977)	-	-	1.115	20.862	-	-	-	-	-
Tivit - empréstimos	311.304	225.000	21.287	-	-	(19.382)	(178.889)	(25.774)	-	333.546
Synapsis - empréstimos	167.451	15.949	10.651	-	-	-	(26.563)	(11.488)	(6.323)	149.677
Synapsis - Custo de captação	(169)	-	114	-	-	-	-	-	-	(55)
Total da dívida bruta	725.962	239.307	51.454	1.115	20.862	(19.382)	(273.114)	(57.093)	(6.323)	682.788

	Controladora								31/12/2018
	31/12/2017	Captações	Juros incorridos	Variação do valor justo	Liquidação (ganho)/perda	Ajuste MTM	Amortização de principal	Pagamento de juros	
Tivit - debêntures	189.693	130.000	19.788	-	-	-	(47.664)	(18.120)	273.697
Custo de captação	(4.092)	(2.532)	2.280	-	-	-	-	-	(4.344)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.584)	-	-	(17.062)	(2.330)	-	-	-	(21.977)
Tivit - empréstimos	286.508	75.000	24.112	-	-	13.659	(68.608)	(19.367)	311.305
Total da dívida bruta	469.525	202.468	46.180	(17.062)	(2.330)	13.659	(116.272)	(37.487)	558.681

	Consolidado										31/12/2018
	31/12/2017	Captações	Juros incorridos	Variação do valor justo	Liquidação (ganho)/perda	Ajuste MTM	Variação cambial	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajustes de conversão	
Tivit - debêntures	189.693	130.000	19.789	-	-	-	(47.664)	(18.121)	-	-	273.697
Custo de captação	(4.092)	(2.532)	2.280	-	-	-	-	-	-	-	(4.344)
Instrumentos financeiros derivativos	(2.584)	-	-	(17.063)	(2.330)	-	-	-	-	-	(21.977)
Tivit - empréstimos	286.508	75.000	24.112	-	-	13.659	(68.608)	(19.367)	-	-	311.304
Synapsis - empréstimos	162.931	167.420	10.838	-	-	4.440	(166.067)	(13.161)	1.050	-	167.451
Synapsis - Custo de captação	-	(248)	79	-	-	-	-	-	-	-	(169)
Total da dívida bruta	632.456	369.640	57.098	(17.063)	(2.330)	13.659	(282.339)	(50.649)	1.050	-	725.962

- (a) Em 16 de janeiro de 2017, foram emitidas 8.300 debêntures, relativas à 2ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$10 totalizando R\$83.000, integralizadas em sua totalidade em 17 de fevereiro de 2017, no valor de R\$84.169, valor este acrescido dos juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 18 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 16 de julho de 2018 e a última em 16 de janeiro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 2,60% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 3.907.339 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,32% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 125% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia. Em 16 de janeiro de 2020, foi liquidado conforme previsto o montante total de R\$28.869 (principal e juros).
- (b) Em 20 de setembro de 2017, foram emitidas 100.000 debêntures, relativas à 3ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1 totalizando R\$100.000, integralizadas em sua totalidade em 27 de setembro de 2017, no valor de R\$100.205, valor este considerando os juros do período. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 5 parcelas, com 12 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de setembro de 2018 e a última em 20 de setembro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 2,55% ao ano, conforme a escritura de emissão das debêntures. As debêntures são da espécie quirografária. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia.
- (c) Em 29 de junho de 2018, foram emitidas 130.000 debêntures, relativas à 4ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$130.000, integralizadas em sua totalidade em 29 de junho de 2018, no valor de R\$130.000. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 37 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 21 de janeiro de 2021 e a última em 21 de janeiro de 2022, com remuneração semestral pela variação de 123% taxa do CDI, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 4.610.039 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,94% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 100% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta serão utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia e também como reforço de caixa.

- (d) Em 23 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 11 de Junho custo de 125% do CDI, para pagamento em 3 parcelas semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 27 de março de 2017, o valor principal foi prorrogado, ao custo de 121% do CDI, de 2018 o respectivo valor do Principal foi prorrogado e houve uma captação adicional no valor de R\$75.000, ambos ao custo de 121% do CDI, com pagamento de juros semestrais, carência de 24 meses e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 12 de junho de 2020 e a última com vencimento para 11 junho de 2021. Em 30 de dezembro de 2019, foi liquidado antecipadamente a parcela com vencimento em 12 de junho de 2020 e prorrogado, ao custo de 128% do CDI, o vencimento 2ª parcela para 4 de janeiro de 2021, sendo a última parcela em 11 de junho de 2021.
- (e) Em 27 de dezembro de 2017, foram emitidas 18 notas promissórias pelo Banco Safra, relativas à 1ª emissão de notas promissórias da Companhia, sendo emitidas 2 notas promissórias, no valor nominal unitário de R\$1.000, para a 1ª, 3ª e 5ª series de notas promissórias e 4 notas promissórias no valor nominal de R\$4.500 para a 2ª, 4ª e 6ª series de notas promissórias, totalizando R\$60.000, integralizadas em sua totalidade em 28 de dezembro de 2017. As notas promissórias são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 6 parcelas, sendo a primeira parcela com vencimento em 27 de junho de 2018 (devidamente liquidada) e a última em 20 de dezembro de 2020, com remuneração semestral pela variação de 100% taxa do CDI, acrescida de sobretaxa de 1,98% ao ano, conforme a escritura de emissão das notas promissórias. As Notas promissórias não contam com qualquer garantia real ou fidejussória. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para as necessidades de capital de giro da Companhia. Em 20 de dezembro de 2019, as parcelas com vencimento em 20 de dezembro de 2020 foram prorrogadas para pagamento em 28 de janeiro de 2021.
- (f) Em 22 de dezembro de 2017, a Companhia emitiu em favor do Banco do Brasil, Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em Euro €18.000, por meio do qual captou recursos no valor de R\$70.830, ao custo de 124,8% do CDI, com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 17 de dezembro de 2018(devidamente liquidada) e a última com vencimento em 4 de dezembro de 2020. Concomitantemente a Companhia celebrou um contrato de "swap". Em 12 de dezembro de 2019 este empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (g) Em 29 de março de 2017, a Companhia emitiu em favor do Banco Itaú S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional, originalmente denominada em US\$22,436, por meio do qual captou recursos no valor de R\$70.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e vencimento de principal em 1º de abril de 2019, com garantia de cessão fiduciária de 100% dos recebíveis dos ajustes do próprio "swap". Concomitantemente a Companhia celebrou um contrato de "swap". Em 1º de abril de 2019 o respectivo empréstimo foi devidamente liquidado.
- (h) Em 1º de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 118% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 22 de março de 2021 e a última com vencimento para 16 março de 2022.
- (i) Em 23 de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 10 de março de 2021 e a última com vencimento para 10 março de 2022.
- (j) Em 28 de junho de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 118% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 22 de julho de 2020 e a última com vencimento para 13 junho de 2022.
- (k) Em 24 de julho de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 25 de junho de 2021 e a última com vencimento para 25 de junho de 2022.
- (l) Em 26 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Safra S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 26 de janeiro de 2021.
- (m) Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,40% a.a., com pagamento de juros e amortização do Principal em 5 parcelas semestrais, sendo a primeira com vencimento 5 de janeiro de 2021 e a última com vencimento para 7 de dezembro de 2022.
- (n) Em 30 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,60% a.a., com pagamento de juros semestrais. e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 2 de janeiro de 2021 e a última com vencimento para 2 de janeiro de 2023.
- (o) Em 20 de julho de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 26 de julho de 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 6,60% a.a. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogado para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (p) Em 11 de agosto de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 2 de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 7,08% a.a. Em 4 de junho de 2018, a taxa de juros do respectivo empréstimo foi renegociada ao custo de 6,60% a.a., e com pagamento de juros semestrais. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogado para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (q) Em 29 de março de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.200.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogado para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (r) Em 31 de julho de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.230.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogado para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (s) Em 28 de junho de 2018, a Tivit Chile, captou junto ao Banco Itaú Chile um empréstimo no valor de CLP2.056.600 (pesos Chilenos), ao custo de 5,76% a.a., com vencimento para 28 de maio de 2021.
- (t) Em 19 de março de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP1.000.000 (pesos chilenos) ao custo de 6,60% a.a., com vencimento para 20 de maio de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogado para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a.
- (u) Em 13 de abril de 2016, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente, um empréstimo no valor de COP5.400.000 (pesos colombianos), ao custo de "Indicador Bancário de Referência" - IBR mais 4,00% a.a., a ser pago em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 13 de maio de 2016 e a última com vencimento em 13 de abril de 2018. Em 18 de julho de 2016, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Occidente S.A., um empréstimo no valor de COP569.400 (pesos colombianos), ao custo de IBR mais 4,10% a.a., a ser pago em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 14 de janeiro de 2017 e a última com vencimento em 9 de abril de 2018. Em 31 de março de 2017, o saldo devedor dos empréstimos captados em 13 de abril de 2016 e 18 de julho de 2016, no montante de COP 5.162.050(pesos colombianos), foram negociados para pagamento em 24 parcelas, ao custo de IBR mais 4,50% a.a. Em 31 de dezembro não havia saldo devedor para este empréstimo.

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

- (v) Em 11 de setembro de 2018, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP3.600.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 3,35%, para pagamento em 3 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 11 de março de 2019 e a última parcela vencimento em 11 de março de 2020. Em 30 de dezembro de 2019, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (w) Em 27 de abril de 2018, a Tivit Argentina captou, junto ao Banco do Itaú Argentina S.A., um empréstimo no valor de ARS30.000 (pesos Argentinos), ao custo de 31,15% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 36 meses, sendo primeira parcela com vencimento para 27 de maio de 2018, devidamente liquidada e a última com vencimento para 27 abril de 2021.
- (x) Em 29 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Itaú Chile S.A., um empréstimo no valor de CLP12.064.000 (pesos chilenos), ao custo 5,76% a.a., com vencimento em 28 de maio de 2021.
- (y) Em 27 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP1.890.000 (pesos chilenos), ao custo 6,95% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo primeira parcela com vencimento para 21 de junho de 2019 e a última para 11 de junho de 2021.
- (z) Em 25 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP3.907.610 (pesos chilenos), ao custo 7,00% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 16 de junho de 2020.
- (aa) Em 4 de setembro de 2018, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP5.500.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 3,50%, para pagamento em 4 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 4 de março de 2019 e a última parcela vencimento em 4 de setembro de 2021. Em 30 de dezembro de 2019, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (ab) Em 29 de novembro de 2018, a TIVIT Colombia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP7.500.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,30%a.a., para pagamento em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 28 de maio de 2019 e a última parcela com vencimento e 13 de novembro de 2021
- (ac) Em 30 de dezembro de 2019, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP6.866.666.660 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,50%, para pagamento em 10 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2020 e a última parcela vencimento em 30 de dezembro de 2022.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2020	-	194.704	-	259.708
2021	288.658	85.000	373.803	172.906
2022	162.500	86.667	196.008	86.667
	<u>451.158</u>	<u>366.371</u>	<u>569.811</u>	<u>519.281</u>
Custo de captação	<u>(1.523)</u>	<u>(2.068)</u>	<u>(1.522)</u>	<u>(2.068)</u>
Total	<u>449.635</u>	<u>364.303</u>	<u>568.289</u>	<u>517.213</u>

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

"Covenants" financeiros

Controladora e Consolidado

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuiá debêntures e determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, sendo definido conforme contrato e descritas a seguir:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.
- O LAJIDA ajustado ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.

- O limite do índice financeiro, a ser atingido pela Companhia, está definido como a relação entre dívida líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,75 vezes em cada trimestre dos anos de 2018, de 2019, de 2020, de 2021 e de 2022 ou até a Data de Vencimento, para os empréstimos relacionados nos itens a, b, c, d, e, m, n).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice financeiro acima descrito de 1,74 (1,85 em 31 de dezembro de 2018).

"Covenants" não financeiros

A seguir estão apresentados os principais "covenants" não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanado no prazo de dez dias úteis.
- Transformação da forma societária da Companhia de Companhia por ações para Companhia limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- A garantia ou o contrato de alienação fiduciária de ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia.
- Redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Companhias por Ações; ou (b) no âmbito da cisão permitida.
- Mudança ou transferência de controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação; ou (b) no âmbito de oferta pública de ações, limitadas ao máximo de 50% das ações em circulação na data da emissão das debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000, atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou seu equivalente em outras moedas.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer controlada em valor igual ou superior a R\$30.000 em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos debenturistas.
- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

- Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia) e LAJIDA seja igual ou maior que 2,50 vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de "stock option" aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, a Companhia estava adimplente com os "covenants" não financeiros.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Arrendamentos mercantis (a)	123.252	140.588
Arrendamentos mercantis - direitos de uso (b)	77.684	-
Total	<u>200.936</u>	<u>140.588</u>
Parcela do circulante	45.764	24.778
Parcela do não circulante	155.172	115.810
	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Arrendamentos mercantis (a)	142.789	159.576
Arrendamentos mercantis - direito de uso (b)	124.366	-
Total	<u>267.155</u>	<u>159.576</u>
Parcela do circulante	58.547	32.837
Parcela do não circulante	208.608	126.739

- (a) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia. Em 15 de junho de 2016, a Companhia realizou uma operação de "sale & leaseback", a valor de livros no montante de R\$54.093, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 30 de junho de 2017, foi renegociada a extensão da data de vencimento dos contratos de "sale & leaseback" para 13 de dezembro de 2020, com juros de 100% da variação do CDI mais 1,90% a.a.

Em 31 de dezembro de 2018 foi renegociado a extensão, por mais 12 meses, dos contratos de "sale & leaseback" e dos contratos de arrendamento mercantil contratados junto a HPE Financial. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 53 contratos de arrendamento mercantil financeiro, com vencimentos até 29 de novembro de 2024, com juros médios de aproximadamente 136,83 % da variação do CDI para as operações contratadas no Brasil e com juros médios de 7,30% a.a. para as operações contratadas no Chile e no Peru, mais variação cambial (peso chileno em relação ao dólar norte-americano). Em 31 de dezembro de 2019 o valor total desses contratos era R\$123.252 na controladora e R\$142.789 no consolidado.

- (b) Referem-se ao registro do direito de uso de certos ativos de acordo com os critérios estabelecidos na IFRS 16/CPC 6 (R2), conforme descrito na nota explicativa nº 2.30.1.

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	140.588	159.576
Saldo de abertura IFRS 16	75.964	122.909
Novos contratos	56.850	71.612
Juros incorridos	18.203	22.439
Variação cambial	-	(143)
Ajuste de conversão	-	(549)
Pagamento de juros	(9.800)	(12.620)
Pagamento de principal	(80.869)	(96.069)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>200.936</u>	<u>267.155</u>

As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários. Essa provisão está assim demonstrada:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributárias (a)	18.696	14.776
Trabalhistas e previdenciárias (b)	71.147	29.288
Cíveis (c)	530	-
Total	<u>90.373</u>	<u>44.064</u>
Circulante	15.445	4.197
Não circulante	74.928	39.867
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Tributárias (a)	33.499	28.071
Trabalhistas e previdenciárias (b)	95.653	44.057
Cíveis (c)	530	-
Total	<u>129.682</u>	<u>72.128</u>
Circulante	16.118	5.010
Não circulante	113.564	67.118

- (a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer face a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e incidência de PIS e COFINS sobre a parcela das receitas de determinadas atividades.

- (b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais riscos relacionados a essas disputas, mas ainda não materializados. Deste valor, o montante de R\$15.989 refere-se a provisões para contingências constituídas por ocasião da aquisição do Grupo Work e Synapsis.
- (c) Referem-se, principalmente, a provisões constituídas para fazer face a eventuais discussões judiciais, relativas a questões contratuais.

Em 6 de abril de 2016 e em 5 de novembro de 2019, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$774.488 (R\$224.669 de principal e R\$549.819 de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014 e período de abril de 2014 a dezembro de 2016, respectivamente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia estima que a chance de perda nesse questionamento é possível para determinadas matérias no valor total de R\$648.799 e remota para outras no valor total de R\$125.689.

Adicionalmente, a Companhia é ainda parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos externos é de aproximadamente R\$216.156, dividido em R\$70.194, R\$4.543 e R\$141.419 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 31 de dezembro de 2019 (R\$223.288 dividido em R\$65.301, R\$1.545 e R\$156.442 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 2018) e estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	56.586	84.808
Adições e utilizações	(8.040)	(9.532)
Pagamentos	(4.482)	(4.482)
	-	1.334
Ajuste de conversão	44.064	72.128
Saldo em 31 de dezembro de 2018	35.108	35.108
Adições e utilizações	24.357	24.357
Incorporação Neobpo	-	12.450
Combinação de negócios	(13.156)	(13.717)
Pagamentos	-	(644)
Ajuste de conversão	90.373	129.682
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>90.373</u>	<u>129.682</u>

16.1. Depósitos judiciais e garantias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível. A Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, registrou os saldos de depósitos judiciais, que estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

A Companhia também reconheceu um ativo no montante de R\$3.428 na controladora e R\$23.963 no consolidado (R\$3.428 controladora e R\$27.616 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), decorrentes das garantias contratuais firmadas com os antigos acionistas da Tivit Chile (Synapsis).

Esses depósitos e garantias estão assim demonstrados:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Trabalhistas e previdenciárias	25.734	11.222
Total	<u>25.734</u>	<u>11.222</u>
Circulante	6.274	629
Não circulante	19.460	10.593
	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	13.500	13.281
Trabalhistas e previdenciárias	36.197	22.129
Total	<u>49.697</u>	<u>35.410</u>
Circulante	6.274	629
Não circulante	43.423	34.781

17. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	7.287	5.982	7.287	5.982
ISS	7.612	7.565	7.826	7.602
COFINS	8.939	5.358	8.940	5.358
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	8.465	8.094	8.609	8.094
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - CPRB	7.934	7.393	8.112	8.640
PIS	1.428	641	1.428	641
Imposto de renda e contribuição social	17.947	5.552	26.062	10.067
Outros	2.608	1.896	13.129	8.521
Total	<u>62.220</u>	<u>42.481</u>	<u>81.393</u>	<u>54.905</u>
Parcela do circulante	54.933	36.499	74.091	48.892
Parcela do não circulante	7.287	5.982	7.302	6.013

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano 2009, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota correspondente à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

18. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para férias e encargos sociais	50.229	53.981	57.189	59.553
Participação nos resultados	17.749	16.610	29.544	19.641
Salários e encargos sociais	9.249	9.787	12.333	13.525
Outros	4.549	4.858	5.268	5.471
Total	81.776	85.236	104.334	98.190

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Controladora			Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018		31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:					
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	190.288	198.182			
Provisão para fornecedores	9.759	5.773			
Ágio amortizado antes da incorporação	5.230	5.230			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.687	2.889			
Provisão para dissídios e encargos sociais	3.912	2.387			
Provisão para bônus	6.195	5.407			
Provisão para SAT	1.206	2.034			
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	1.468	2.560			
Provisão para plano de ações	246	1.261			
Provisão para contingências	3.566	1.427			
Provisão - Incorporação Neobpo	6.423	-			
Outros	2.969	1.170			
Total	234.949	228.320			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:					
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	190.288	204.214			
Provisão para fornecedores	11.240	5.773			
Ágio amortizado antes da incorporação	6.133	6.133			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	4.899	2.903			
Provisão para dissídios e encargos sociais	5.881	3.421			
Provisão para bônus	9.179	5.907			
Provisão para SAT	1.206	2.034			
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios	1.468	2.560			
Provisão para plano de ações	246	1.261			
Provisão para contingências	3.256	1.427			
Provisão - Incorporação Neobpo	6.423	-			
Outros	15.551	15.978			
Total	255.770	251.611			

(*) Em janeiro de 2018 ocorreu uma utilização no montante de R\$2.556 de base negativa e prejuízo fiscal em função da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) ocorrida durante o último trimestre de 2017. A Companhia aderiu ao programa de regularização tributária, envolvendo contingências fiscais relacionadas ao imposto de renda e contribuição social sobre os lucros, ao qual permitiu a compensação de parte do débito com o saldo de prejuízo fiscal.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ágio de incorporadas (i)	437.157	434.315	437.157	434.315
Diferenças temporárias (ii)	50.879	49.728	50.879	49.967
Ativo fixo financeiro líquido	-	-	6.875	6.997
Ativo fixo - "arrendamentos mercantis"	-	-	4.832	5.601
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios (iii)	2.766	2.766	12.513	12.513
"Mais valia" de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios (iii)	532	532	3.059	3.059
Outros	-	1.413	-	1.431
Total	491.334	488.754	515.315	513.883

- (i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações.
- (ii) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por meio de arrendamento mercantil, já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa de contribuição social, e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.
- (iii) Referem-se à diferença temporária decorrente da alocação do preço pago da aquisição da Tivit Chile (Synapsis).

c) Movimentação líquida da rubrica "Imposto de renda e contribuição social diferidos"

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	198.020	(439.853)	(241.833)
Adições	90.733	(98.182)	(7.449)
Baixas	(60.433)	49.281	(11.152)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	228.320	(488.754)	(260.434)
Adições	41.480	(56.739)	(15.259)
Baixas	(34.851)	54.159	19.308
Saldo em 31 de dezembro de 2019	234.949	(491.334)	(256.385)
Classificados no ativo			-
Classificados no passivo			(256.385)
	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2017	222.203	(463.380)	(241.177)
Adições	89.383	(102.124)	(12.741)
Baixas	(59.370)	50.699	(8.671)
Ajuste de tradução	(605)	922	317
Saldo em 31 de dezembro de 2018	251.611	(513.883)	(262.272)
Adições	50.963	(67.349)	(16.386)
Baixas	(47.719)	66.754	19.035
Ajuste de tradução	915	(837)	78
Saldo em 31 de dezembro de 2018	255.770	(515.315)	(259.545)

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Classificados no ativo			-
Classificados no passivo			(259.545)

d) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2019	Controladora	Consolidado
2020	30.218	32.114
2021	34.768	37.348
2022	40.196	44.167
2023	46.497	51.089
2024 em diante	83.270	91.052
Total	234.949	255.770

e) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	145.227	129.211	156.677	139.941
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(49.377)	(43.932)	(53.270)	(47.580)
Bônus - estatutários	(885)	(1.357)	(885)	(1.357)
Equivalência patrimonial	6.374	1.180	-	-
Depreciação de veículos	-	(251)	-	(251)
Juros sobre capital próprio	22.694	23.670	22.694	23.670
Imposto pago por presunção - Exterior	-	-	(980)	(506)
Diferenças de alíquotas - Exterior	-	-	(321)	(2.069)
Ajuste de tradução	-	-	(77)	(379)
Ajuste de reversão de imposto de renda no exterior	-	-	(551)	(2.722)
Outros	1.147	(771)	1.893	(997)
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do período	(20.047)	(21.461)	(31.497)	(32.191)
Despesa com imposto de renda e contribuição social correntes	(17.672)	(5.417)	(27.468)	(13.829)
Despesa com imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.375)	(16.044)	(4.029)	(18.362)
Alíquota efetiva	14%	17%	20%	23%

Alterações nas legislações tributárias - Argentina, Colômbia e Chile

Reforma tributária argentina

Em 29 de dezembro de 2017, foi modificada a Lei do Imposto de Renda na Argentina cujo efeito principal é uma diminuição na taxa de imposto de renda para os lucros não distribuídos, passando de um percentual de 35% em 2017 para 20% no ano de 2020. Para os anos de 2018 e 2019 a taxa de imposto de renda foi de 30%. No caso de os dividendos serem distribuídos sobre os lucros para esses anos (2018 a 2020), a alíquota aplicável é de 35%, para o qual o imposto já pago deve ser deduzido.

No caso das empresas com prejuízo fiscal, a taxa que se aplica como crédito para cada ano é a seguinte:

- 2018 - 30%.
- 2019 - 30%.
- 2020 - 25%.

Reforma tributária chilena

Em 29 de setembro de 2014, foi aplicada uma reforma tributária que introduziu diversos ajustes no sistema tributário do Chile. Entre as principais alterações, essa reforma acrescenta um novo sistema fiscal semi-integrado, em que os contribuintes podem escolher livremente como pagar seus impostos. Para a Tivit Chile, aplica-se o sistema de tributação semi-integrado, conforme estabelecido por lei, sem descartar que no futuro mude para o sistema de renda atribuída.

O sistema semi-integrado proporciona um aumento gradual dos impostos de primeira categoria para os anos comerciais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 em diante: 21%, 22,5%, 24%, 25,5% e 27%, respectivamente.

Reforma tributária colombiana

Em 28 dezembro de 2018, na Colômbia, foram introduzidas algumas modificações no regime fiscal para o exercício de 2019, conforme a seguir:

Imposto de renda: em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, a taxa de imposto de renda para as empresas da Colômbia:

<u>Tipo companhia</u>	<u>Ano</u>	<u>Tarifa</u>
Companhia nacional	2019	33%
Companhia nacional	2020	32%
Companhia nacional	2021	31%
Companhia nacional	2022	30%
Companhia em zona franca	2019	20%

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.106.214 (R\$1.106.094 em 31 de dezembro de 2018) e está dividido em 91.975.060 (91.965.977 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Acionista</u>	<u>31/12/2019</u>		<u>31/12/2018</u>	
	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>	<u>Número de ações</u>	<u>%</u>
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	86.422.871	93,96	86.414.051	93,96
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.492.015	4,88	4.491.752	4,88
Ações em tesouraria	395.245	0,43	-	-
Outros	664.929	0,72	1.060.174	1,16
Total	91.975.060	100,00	91.965.977	100,00

A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de 134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2017 foram recompradas 1.311.002 ações para manutenção em tesouraria. Em 12 de setembro de 2018 essas ações em tesouraria foram canceladas, sem alteração da cifra do capital social da Companhia.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de fevereiro de 2019, no dia 15 de fevereiro de 2019 foram recompradas 395.245 ações para manutenção em tesouraria.

Conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2019, a Companhia aumentou o seu capital social em R\$120 em função da incorporação do acervo líquido cindido de sua parte relacionada Neobpo. As variações ocorridas em referido acervo no período compreendido entre 30 de setembro e 31 de outubro de 2019 no montante negativo de R\$5.174 foram refletidas no patrimônio líquido da Companhia.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de janeiro de 2020, foram recompradas 335.816 ações para manutenção em tesouraria.

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

Em 29 de março de 2018, foram destinados R\$9.246 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2018.

Em 29 de junho de 2018, foram destinados R\$19.516 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2018.

Em 27 de setembro de 2018, foram destinados R\$19.857 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2018.

Nos dias 27 e 28 de setembro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor de R\$5.028 referente ao ano de 2017 e juros sobre o capital próprio no valor de R\$48.618, referente ao exercício de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, após a constituição da reserva legal de 5% sobre o lucro líquido, foram destinados R\$25.591 para dividendos propostos e R\$21.000 para juros sobre o capital próprio. Em 15 de fevereiro de 2019 a Companhia efetuou o pagamento referente aos juros sobre capital próprio.

Em 28 de março de 2019, foram destinados R\$13.218 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2019.

Em 23 de julho de 2019, foram destinados R\$7.112 para juros sobre o capital próprio, referente ao exercício de 2019.

Em 31 de agosto de 2019 houve a liquidação de mútuo concedido a determinados funcionários no período de 2016 a 2018.

Em 27 de setembro de 2019, foram destinados R\$12.000 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2019.

Em 19 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no valor de R\$25.591 referente ao ano de 2018 e juros sobre capital próprio no valor de R\$32.330 referente ao exercício de 2019, respectivamente.

Em 27 de dezembro de 2019 e 24 de janeiro de 2020, foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao último trimestre de 2019, totalizando R\$34.416.

c) Reserva do programa de compra de ações

Refere-se à contrapartida do reconhecimento da despesa referente ao plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 27.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das conversões das demonstrações financeiras de controladas no exterior que tenham moeda funcional diferente da moeda de reporte. O efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Considera-se também o efeito da variação cambial sobre contas a pagar gerado a partir da transferência do controle societário das controladas Synapsis Argentina SRL, Synapsis Chile e Synapsis Peru SRL (vide nota explicativa nº 21), devido a essas transações fazerem parte do investimento líquido da aquisição da Synapsis.

e) Destinação do lucro

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
(+) Lucro líquido do exercício	125.180	107.750
(-) Reserva legal - 5%	(6.259)	(5.387)
(-) JCP/Dividendos pagos/propostos	<u>(96.476)</u>	<u>(95.210)</u>
Reserva de lucros constituída	<u>22.445</u>	<u>7.153</u>
Dividendos por ação	1,05	1,04

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Tivit Chile	94	91
Tivit Peru SRL	98	98
Tivit México	406	375
Tivit México (f)	3.244	4.431
Tivit Argentina (f)	5.271	-
Tivit Equador (f)	4.864	-
Neobpo (d)	<u>2.910</u>	<u>3.799</u>
Total	<u>16.887</u>	<u>8.794</u>

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
<u>Resultado líquido</u>	4.312	10.479
Neobpo	1.354	1.309
Atualização monetária - contrato de mútuo (a)	198	-
Varição cambial	5.864	11.788
Total		

- (a) Refere-se a contrato de mútuo com prazo de quitação previsto para 2021 conforme definido no anexo 1 do Segundo Aditamento ao contrato de mútuo datado de 29 de setembro de 2017. As parcelas serão acrescidas de 100% (cem por cento) da variação das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 - Segmento Cetip UTM, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 2,3198% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo devedor, a partir da data de início do contrato até o dia da efetiva liquidação das parcelas previstas.
- (b) Referem-se a saldos a pagar pela Companhia para a parte relacionada Neobpo em decorrência da separação razoável das obrigações de cada uma no momento da cisão das operações de "Business Process Outsourcing - BPO", ocorrida em 31 de dezembro de 2016.
- (c) Em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu a Synapsis Brasil S.A. da Tivit Chile e Synapsis Argentina SRL, gerando um passivo a pagar para essas empresas nos montantes de R\$947 e R\$18.022, respectivamente. Em fevereiro de 2016, foram amortizados R\$3.204 e em novembro de 2017 amortizados R\$1.018 do valor a pagar à Synapsis Argentina.
- Exceto pelo valor de R\$947, o montante de R\$9.116, sendo Tivit Chile R\$9.087 e Synapsis Peru R\$29, refere-se a conta corrente entre a Companhia e essas controladas. A Companhia não tem um cronograma definido para a quitação desse passivo. Essas transações não têm atualização monetária.
- (d) Refere-se a contas a receber referente ao contrato de prestação de serviços de TI e "cloud" para a Neobpo.
- (e) Refere-se ao contrato de aluguel de espaços utilizados para a prestação de serviços a determinados clientes.
- (f) Refere-se à prestação de serviços de implementação e consolidação de data center na controlada Tivit México, Tivit Argentina e Tivit Equador.
- (g) Refere-se ao contrato de mútuo com prazo de quitação previsto para 2023 conforme definido na cláusula segunda do contrato de mútuo datado de 28/12/2018. O pagamento será efetuado somente no final do contrato com o acrescido a uma taxa de 6,40% a.a.
- (h) Refere-se ao contrato de mútuo com prazo de quitação previsto para 2023 conforme definido na cláusula quinta do contrato de mútuo datado de 27/12/2018. O pagamento será efetuado somente no final do contrato com o acrescido a uma taxa de 6,40% a.a.
- (i) Refere-se ao contrato em dólar norte-americano (US\$) para prestação de serviços de implementação e consolidação de "cloud" na controlada Tivit Chile.